



Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio
Relatório do Auditor Independente acompanhado
das Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2017



Grant Thornton

Índice

	Página
Relatório do Auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações Contábeis	6
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017	11

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil
T +55 21 3512-4113
www.grantthornton.com.br

Aos
Administradores e Conselheiros do
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Fundo Brasileiro para Biodiversidade - FUNBIO** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidade sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidade sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2018

A handwritten signature in blue ink that reads "Ana Cristina Linhares Areosa".

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - RJ

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.643	2.532
Recursos vinculados a projetos	8	286.665	308.432
Recursos vinculados a Agência GEF	8 e 13	9.195	2.226
Adiantamento de projetos - Agência GEF	13	472	400
Valores em trânsito	8	756	524
Outros		389	749
Total do ativo circulante		<u>302.120</u>	<u>314.863</u>
Ativo não circulante			
Recursos vinculados a projetos - Fundos	8	462.120	397.408
Fundo de Recursos do FUNBIO - FRF	8 e 14	23.826	20.585
Imobilizado	9	679	766
Total do ativo não circulante		<u>486.625</u>	<u>418.759</u>
Total do ativo		<u><u>788.745</u></u>	<u><u>733.622</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	10	172	363
Salários e encargos a pagar	11	2.007	1.999
Impostos e taxas		143	148
Recursos vinculados a projetos	12	286.631	308.309
Recursos vinculados a Agência GEF	13	9.667	2.626
Outras contas a pagar		419	128
Total do passivo circulante		<u>299.039</u>	<u>313.573</u>
Passivo não circulante			
Recursos vinculados a projetos - Fundos	12	462.120	397.408
Total do passivo não circulante		<u>462.120</u>	<u>397.408</u>
Patrimônio líquido			
Fundo de Recursos do FUNBIO - FRF	14	23.826	20.585
Superávits acumulados		3.760	2.056
Total do patrimônio líquido		<u>27.586</u>	<u>22.641</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>788.745</u></u>	<u><u>733.622</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas operacionais			
Agência GEF	13	-	88
Reembolso de projetos	15	12.571	15.593
Recuperação de custos	16	5.147	274
Serviços prestados	17	-	112
Total de receitas		17.718	16.067
Despesas operacionais			
Salários e encargos		(12.260)	(11.342)
Serviços de terceiros		(1.139)	(1.237)
Locação e manutenção		(708)	(674)
Despesas de viagens		(119)	(121)
Despesas gerais		(745)	(713)
Total das despesas		(14.971)	(14.087)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		2.747	1.980
Resultado financeiro			
	18		
Despesas financeiras		(652)	(121)
Receitas financeiras		3.258	2.586
		2.606	2.465
Resultado operacional		5.353	4.445
Resultado de projetos			
Prestação de contas aprovadas	12	97.207	81.052
Desembolso para parceiros	12	(18.753)	(12.463)
Recursos executados	12	(78.516)	(68.902)
Prestação de contas em andamento	12	62	313
		-	-
Outros resultados operacionais			
Baixa de imobilizado		(10)	(11)
		(10)	(11)
Superavit do exercício		<u>5.343</u>	<u>4.434</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>Fundo de Recursos do FUNBIO - FRF</u>	<u>Superavit / (deficit) acumulado</u>	<u>Superavit do exercício</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro 2015 (Reapresentado)		17.245	795	-	18.040
Superavit do exercício		-	-	4.434	4.434
Ajustes do exercício anterior	19	-	167	-	167
Destinação de superavit do exercício	14	3.340	-	(3.340)	-
Transferência para superavit/(deficit) acumulado		-	1.094	(1.094)	-
Saldos em 31 de dezembro 2016		----- 20.585	----- 2.056	----- -	----- 22.641
Superavit do exercício		-	-	5.343	5.343
Ajustes do exercício anterior	19	-	(398)	-	(398)
Destinação de superavit do exercício	14	3.241	(3.241)	-	-
Transferência para superavit/(deficit) acumulado		-	5.343	(5.343)	-
Saldos em 31 de dezembro 2017		----- <u>23.826</u>	----- <u>3.760</u>	----- <u>-</u>	----- <u>27.586</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo Brasileiro para Biodiversidade - FUNBIO

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superavit do exercício	5.343	4.434
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social ao caixa e equivalentes de caixa proveniente das/ (aplicados nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	89	72
Rendimentos financeiros - FRF	(2.441)	(2.340)
	<u>2.991</u>	<u>2.166</u>
Mudanças no ativo e passivo		
Fornecedores	(191)	278
Salários e obrigações trabalhistas	8	289
Impostos e taxas	(5)	(13)
Outras contas a pagar	291	11
Outros ativos	128	2.667
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>3.222</u>	<u>5.398</u>
Das atividades de investimento		
Aporte - FRF	(800)	(1.000)
Aquisição / (baixas) de ativo imobilizado	(2)	(83)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(802)</u>	<u>(1.083)</u>
Das atividades de financiamento		
Recebimento de recursos vinculados a projetos	104.840	177.699
Rendimentos sobre recursos vinculados a projetos	77.020	(21.482)
Variações cambiais sobre recursos vinculados a projetos	6.886	(22.085)
Gestão financeira sobre recursos vinculados a projetos	(4.254)	(4.903)
Custos vinculados a projetos	(141.458)	47.755
Aumento dos recursos vinculados aos projetos	(42.945)	(180.359)
Aumento/(redução) do patrimônio social	(398)	167
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(309)</u>	<u>(3.208)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.111</u>	<u>1.107</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.532	1.425
No final do exercício	4.643	2.532
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.111</u>	<u>1.107</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, Funbio, cuja sede está localizada na Rua Voluntários da Pátria, 286 – 5º andar, Botafogo – Rio de Janeiro – RJ, é uma associação civil privada sem fins lucrativos, que iniciou sua operação em 1996.

É um mecanismo financeiro inovador, criado para desenvolver estratégias que contribuam para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no Brasil. Ao longo dos seus 21 anos de operação, o Funbio atua como parceiro estratégico do setor privado, de diferentes órgãos públicos estaduais e federais e da sociedade civil organizada.

Essas parcerias viabilizam os investimentos socioambientais das empresas e a redução e mitigação de seus impactos, bem como o cumprimento de suas obrigações legais. Na esfera pública, visam consolidar políticas de conservação e viabilizar programas de financiamento ambiental.

Em pouco mais de 21 anos, o FUNBIO já administrou US\$ 600 milhões, apoiou 282 projetos em 7 biomas, 233 instituições e 311 áreas protegidas que somam 67 milhões de hectares (aproximadamente 3 vezes o território do estado de São Paulo) e já proporcionou a capacitação de mais de 1.300 parceiros. A fonte de recursos alavancados pelo FUNBIO, com aproximadamente 70 doadores em seu histórico, provém de acordos de cooperação internacional, obrigações legais e doações privadas nacionais e internacionais.

O FUNBIO é a primeira e única agência implementadora nacional do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), um dos mais importantes financiadores de projetos ambientais do mundo que conferiram a acreditação ao FUNBIO pela capacidade de execução.

A execução de recursos pelo FUNBIO em 2017 apresentou um crescimento de 20% atingindo a marca histórica de R\$ 97 milhões (2016 – R\$ 81 milhões). Recursos estes, destinados à execução dos projetos e aqueles utilizados pela entidade para consecução dos seus objetivos estatutários encontram-se segregados e podem ser identificados neste relatório.

Ao final do presente exercício o FUNBIO reúne ativos sob gestão no montante de R\$ 788 milhões (2016 – R\$ 734 milhões), sendo que aproximadamente 56% vinculados a ações e projetos de longo prazo organizados em fundos.

A governança do FUNBIO é liderada pelo Conselho Deliberativo (CD), que reúne 16 membros dos setores acadêmico, ambiental e da sociedade civil, empresarial, e governamental e é responsável pela definição da estratégia e pela direção geral da organização. Em 3 reuniões presenciais ao ano o CD avalia rumos estratégicos e gestão institucional: estabelece uma política geral, define metas e prioridades, transformadas em ações pela Secretaria Executiva. O CD aprova planos operacionais anuais, políticas de investimento e projetos desenvolvidos. Os Conselheiros participam de modo voluntário, aportando suas experiências e conhecimento. O Conselho Deliberativo organiza-se em Comissões que tratam de questões específicas, como as comissões de Gestão, Técnicas de Projetos, de Finanças e Auditoria e de um Comitê de Gestão de Ativos.

Desde 2013, o Funbio adota as seguintes políticas de salvaguardas ambientais e sociais, que estabelecem os princípios de nosso trabalho: para Povos Indígenas, de Avaliação de Impacto Ambiental e Social, para Proteção de Hábitats Naturais, para Recursos Culturais Físicos, de Reassentamento Involuntários, para Manejo de Pragas e para Sistema de Queixas, Controle e Responsabilidade.

A Entidade integra a Rede de Fundos Ambientais da América Latina e do Caribe, com 21 organizações de 16 países, que, desde 1999, já administraram mais de US\$ 2 bilhões em fundos patrimoniais e extinguíveis, apoiando mais de 900 áreas protegidas.

O Funbio é guiado por valores como: efetividade, ética, independência intelectual, inovação, receptividade e transparência, e este relatório faz parte do esforço neste sentido.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade, findas em 31 de dezembro de 2017, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002, aprovada pela Resolução CFC n° 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho Deliberativo da Entidade em 26 de abril de 2018.

3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do ativo imobilizado e provisão para riscos judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

6. Principais práticas contábeis

6.1 Conversão de moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

6.2 Caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos, FRF e aplicações financeiras

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor; para fins de demonstração dos fluxos de caixa inclui os saldos em contas garantidas, quando utilizadas.

As aplicações dos Fundos geridos pelo Funbio, através de Gestor de Ativos, Pragma Gestão de Patrimônio Ltda., são aplicações diversificadas, de curto e longo prazo, variando de 1 ano a 8 anos, com liquidez variando de D+1 a D+ 180 dias. Os recursos estão investidos em Títulos Públicos - NTN-Bs, Renda variável local e internacional, *hedge Fund*, Renda fixa *Low Vol* e pré-fixada/inflação. As aplicações seguem as políticas de investimento de cada fundo e as orientações do Comitê de Gestão de Ativos do Funbio.

6.3 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumulada (*impairment*), quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens incluindo os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação dos ativos imobilizados é registrada durante sua vida útil, pelo período abaixo:

	Anos
Benfeitorias em bens de terceiros	3 a 25
Equipamentos de informática	5
Moveis e utensílios	10
Maquinas e equipamentos	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

A vida útil é baseada nas estimativas da Administração a respeito do período em que os ativos gerarão receitas, as quais são periodicamente revisadas para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas.

6.4 Redução ao valor recuperável dos ativos

Os ativos são revisados para a verificação de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser totalmente recuperável. O valor contábil de um ativo é reduzido para seu valor recuperável estimado se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

6.5 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades e gestão de projetos, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente

6.6 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança. A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos.

6.7 Recursos de terceiros vinculados a projetos

Os depósitos recebidos em contas do FUNBIO destinados à execução de projetos e firmados em instrumentos contratuais são reconhecidos como obrigação da Entidade perante os doadores e/ou parceiros. À medida da execução dos projetos, essas obrigações são reconhecidas em contrapartida com a conta "Prestação de contas aprovadas" no resultado do exercício.

6.8 Valores de realização e exigibilidade

Os demais ativos e passivos são demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, respectivamente, e contemplam quando aplicável, as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata temporis. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou provável de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 meses da data do balanço são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

6.9 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo do reembolso de despesas com os projetos, recuperação de custos e eventuais prestações de serviços no curso normal das atividades da Entidade.

A receita de reembolso de projetos é reconhecida no resultado quando o FUNBIO é reembolsado pelo gerenciamento e execução dos projetos conforme objetivo social implícito em seu estatuto. Estas receitas estão previstas nos orçamentos dos projetos que são parte integrante dos acordos contratuais.

A receita de recuperação de custos é calculada com base em percentual variável de acordo com a execução dos projetos, estes valores estão previstos em instrumentos contratuais e orçamentos preparados para consecução dos objetivos dos projetos, não constituindo recursos livres para a instituição. Reconhecida no resultado no momento da prestação de contas dos projetos.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado quando pode ser estimada de forma confiável, associada com a transação por referência e o estágio de execução de seus serviços à medida do cumprimento das obrigações contratuais.

6.9.1 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva.

6.10 Reconhecimento das despesas de projetos

As despesas realizadas por conta de projetos são reconhecidas no resultado do exercício nas contas “desembolso para parceiros”, “recursos executados” e “prestação de contas em andamento” na medida em que são incorridas.

6.11 Obrigações tributárias

6.11.1 Imposto de renda e contribuição social

Requisitos estabelecidos pela Lei nº 9.790/99:

Por ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade está isenta do recolhimento do imposto de renda e da contribuição social, conforme disposto no artigo 15 da Lei nº 9.532/97, desde que atendendo aos requisitos previstos nas alíneas "a" a "h", do § 2º, do artigo 12 da citada Lei, a saber:

- Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações, fundações ou organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva e desde que cumpridos os requisitos previstos nos arts. 3º. e 16º. da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações;
- Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão; conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
- Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;
- Outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.

6.11.2 Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS

Conforme o artigo 13 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, as Entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Tais Entidades são isentas de PIS sobre receitas nos termos do § 1º, do artigo 14 da MP nº 2158-35/01, desde que preencham os requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

No que diz respeito à COFINS, o inciso X, do artigo 14 da MP nº 2158-35 de 2001 determina a não incidência sobre as receitas das instituições sem fins lucrativos. Também nesse caso, o gozo da isenção depende do preenchimento dos requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97

A Entidade vem cumprindo com os requisitos previstos na Lei nº 9532/97 para o gozo das isenções mencionadas.

6.12 Demonstração dos resultados abrangentes

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não existem valores a serem demonstrados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

7. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de mercado e Risco de liquidez.

As informações abaixo apresentam resumo sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras da Entidade, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

Nas aplicações a curto prazo (CDB e Fundos de renda fixa no Banco do Brasil) a Entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de 1º linha. Nesse sentido, observa-se o risco cambial como o principal risco de mercado decorrente dos projetos, cujos financiadores são Entidades estrangeiras.

Nas aplicações dos Fundos geridos pelo Funbio, através da Pragma Patrimônio (Gestor de Ativos do Funbio), o risco de mercado considera as políticas de investimento de cada Fundo, aplicando numa diversidade de ativos afim de minimizar a volatilidade e alcançar os resultados esperados em cada política de investimento. As classes de ativos estão sujeitas ao valor de mercado, o objetivo de uma carteira de médio e longo prazo com ativos diversificados é

reduzir o risco de mercado. Para os fundos, cujas políticas de investimentos mantêm um percentual aplicado no exterior, o principal risco é o cambial.

Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Entidade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Os projetos são executados e orçados em reais e o controle de saldos a internalizar presente nas prestações de contas dos projetos são atualizadas pela taxa de câmbio vigente. Regularmente são efetuadas conciliações das parcelas a internalizar com as metas definidas para o projeto, em caso de variações significativas é feito um replanejamento do projeto.

Riscos de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. Tal controle é exercido para administrar as contas da Entidade e de cada um de seus projetos.

8. Caixa e equivalentes de caixa, FRF e recursos vinculados a projetos e Agência GEF

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	4.643	2.532
Recursos vinculados a projetos circulante – FRF	23.826	20.585
Valores em trânsito	423	407
Total de recursos próprios	28.892	23.524
Recursos vinculados a projetos circulante – Agência GEF	9.195	2.226
Recursos vinculados a projetos circulante	286.665	308.432
Recursos vinculados a projetos não circulante	462.120	397.408
Valores em trânsito	333	117
Total de recursos vinculados a projetos	758.313	708.183
Total de recursos	787.205	731.707

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Recursos próprios		
Caixa	428	407
Bancos no país	-	13
Bancos no exterior (a)	7	7
Aplicações financeiras no país (b)	28.450	23.017
Aplicações financeiras no exterior (c)	7	79
Total de recursos próprios	28.892	23.524
Recursos vinculados a projetos		
Caixa	328	117
Bancos no país	1.587	1.940
Bancos no exterior (a)	6.059	29.440
Aplicações financeiras no país (b)	439.941	467.410
Aplicações financeiras no exterior (c)	310.398	209.277
Total de recursos vinculados a projetos	758.313	708.183
Total de caixa e equivalentes de caixa	787.205	731.707

Os montantes apresentados em caixa, bancos no país, bancos no exterior e aplicações financeiras representam os saldos próprios da Entidade os quais são destinados a sua manutenção operacional e administrativa, sendo esses prontamente conversíveis em caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são compostas de Fundos e CDB's que foram adquiridos em percentuais que variam de 96% a 101% da variação do CDI e estão registradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, onde o valor justo não supera o valor de mercado.

As disponibilidades vinculadas aos projetos e Agência GEF representam os montantes repassados pelos diversos patrocinadores a Entidade, os quais são mantidos nas contas correntes individuais de cada projeto e aplicações financeiras em fundos de investimentos, operações compromissadas e certificados de depósitos bancários – CDB's, as quais possuem liquidez inferior a 90 dias, com risco insignificante de redução de valor. Tais aplicações estão sendo compostas de CDB's e compromissadas (Bradesco) remunerados com a taxa do CDI e outros investimentos em Fundos de investimento, mantidas em instituição financeira de 1ª. linha. Tais aplicações estão registradas pelo montante investido, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, onde o valor justo não supera o valor de mercado.

As aplicações dos Fundos geridos pelo FUNBIO, através da Pragma Patrimônio, são aplicações diversificadas, de curto e longo prazo, variando entre 1 ano e 8 anos, com liquidez variando de D+1 a D+ 180 dias. Os recursos estão investidos em Títulos Públicos -NTN-Bs, Renda variável local e internacional, Hedge Fund, Renda fixa Low Vol e pré-fixada/inflação.

(a) Composição dos saldos de conta corrente/aplicação– exterior em 31 de dezembro:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Itaú MIAMI – FT ⁽¹⁾	551	26.922
Banco do Brasil NY FUNBIO ⁽²⁾	7	7
Banco do Brasil Frankfurt – FFEM ⁽⁴⁾	993	34
Banco do Brasil Frankfurt – ARPA KfW ⁽³⁾	3.344	2.435
Banco do Brasil NY - Capacitação RedLac ⁽²⁾	7	7
Banco do Brasil NY – Agência GEF ⁽²⁾	1	7
Itaú MIAMI – FTKFW ⁽¹⁾	16	16
Itaú MIAMI – Fundo Amapá ⁽¹⁾	90	19
Banco do Brasil Frankfurt – Mata Atlântica III ⁽⁵⁾	1.057	-
Total de caixa e equivalentes de caixa no exterior	6.066	29.447

(1) As aplicações no Itaú Miami são do Fundo de Transição (98%) do Fundo Amapá e do Fundo Ba&ES são aplicações em renda variável, renda fixa e fundos de renda variável e de renda fixa.

(2) As aplicações financeiras no BB de Nova York são de curto prazo e aplicadas em On Shore Investment (Overnight) e em Yankee Certificate Deposit.

(3) Em 21/12/2017 recebemos na conta de Frankfurt 3593315888, o 18º desembolso referente ao contrato de contribuição financeira do KfW de 28 de março de 2012 BMZ nº 2006 66 214 no valor de EUR 1.686 (1EUR = R\$ 3,9201) correspondente a R\$ 6.608. Em 22/12/2017 foi internalizado somente EUR 843 (1EUR = 3,9341) correspondente a R\$ 3.316 restando na conta EUR 843 (1EUR = 3,9672 de 29/12/2017) correspondente a R\$ 3.344.

(4) Recursos em conta corrente destinado a pagamentos futuros no exterior.

(5) Em 15/12/2017 recebemos na conta de Frankfurt 3593311888, o 2º desembolso referente ao contrato do Mata Atlântica III de 22 de julho de 2015 no valor de EUR 266.341,76 (1EUR = R\$ 3,9071).

(b) As aplicações Financeiras no país estão assim representadas na data de 31 de dezembro:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Recursos Acordo FMA		
Aplicação Certificado de Depósito Bancário – CDB	1.054	1.628
Aplicação Renda Fixa – Bradesco	198.809	248.188
Total recursos Acordo FMA (b.1)	199.863	249.816
Demais projetos e recursos próprios		
Aplicação Certificado Depósito Bancário – CDB	77.285	44.656
Aplicação Renda Fixa	6.501	9.653
Gestor de Ativos	175.054	183.642
Demais Aplicações	9.688	2.660
Total de recursos de terceiros (b.2)	268.528	240.611
Total de aplicações financeiras	468.391	490.427

(b.1) Projeto Fundo Mata Atlântica – Acordo FMA

Aplicação Certificado Depósito Bancário – CDB

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Banco do Brasil CDB - FMA CV	1.054	1.628
Total de aplicações em certificado depósito bancário – CDB	1.054	1.628

Aplicações - Bradesco

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bradesco - Acordo FMA - Instr. III -A - Finan. Fiduciário	30.841	28.567
Bradesco - Acordo FMA - Instr. I-A Comp. Ambiental	125.230	180.763
Bradesco - Acordo FMA - Instr. V - TAC	13.370	15.707
Bradesco - Acordo FMA - Instr. VI - OP. Outras Fontes	15.418	14.232
Bradesco - Acordo FMA - Instr. I-C Res. Reg. Fundiária	8.636	7.992
Bradesco - Acordo FMA - Instr. IV - OP. Rest. Florestal	2.324	927
Bradesco - Acordo FMA - Instr. I-B CA Federal	2.990	-
Total de aplicações	198.809	248.188
Total de aplicações – FMA Instrumentos – (b.1)	199.863	249.816

As aplicações financeiras realizadas pelo Banco Bradesco S/A, na condição de Gestor Financeiro do FMA no Acordo de Cooperação nº 004/2016, são em operações compromissadas lastreadas em debêntures de emissão da Bradesco Leasing S/A – Arrendamento Mercantil com o compromisso de remuneração de 100% do CDI e tem como Coordenadores Líderes o próprio Banco Bradesco S/A ou o Banco Bradesco BBI S/A. A liquidez da operação compromissada é sem prazo de carência, viabilizando a operação de pagamentos pelo Funbio diariamente, em sua atividade de Gestor Operacional. O Acordo de Cooperação nº 04/2016 em sua cláusula terceira – da interveniência -, no parágrafo segundo

define que “o Gestor Operacional (Funbio) é isento de qualquer tipo de responsabilidade pela condução financeira dos recursos, suas aplicações e rendimentos.”

(b.2) Demais projetos

Aplicação Certificado Depósito Bancário - CDB

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Itaú CDB – Fauna (Carteira Fauna)	64	5
Banco do Brasil CDB – Administrativa	4.235	2.112
Banco do Brasil CDB - Adoção de Parques (OGX FN)	107	164
Banco do Brasil CDB – AFCOF III	436	961
Banco do Brasil CDB – ARPA BID	2.303	1.068
Banco do Brasil CDB – ARPA BID MSC	286	752
Banco do Brasil CDB - CARBONO PAITER SURUI	-	654
Banco do Brasil CDB - Carteira Fauna (Ararínha Azul)	134	637
Banco do Brasil CDB - Carteira Fauna (Sirênios)	26	116
Banco do Brasil CDB – Chevron - Pesquisa Marinha e Pesqueira	16.284	13.126
Banco do Brasil CDB – Chevron Conservação da Toninha	8.876	5.873
Banco do Brasil CDB – GEF MAR	1.928	735
Banco do Brasil CDB - GEF Nutrição	574	1.039
Banco do Brasil CDB – Kayapo	248	173
Banco do Brasil CDB - KfW ARPA 2ª Fase	3.358	1.235
Banco do Brasil CDB – Moore Sustentabilidade	-	499
Banco do Brasil CDB - Novas Fontes Arpa	-	116
Banco do Brasil CDB – Projeto K	266	133
Banco do Brasil CDB - RVS Rio da Prata	497	462
Banco do Brasil CDB – TFCA	73	403
Banco do Brasil CDB – TAC Caçapava	34	286
Banco do Brasil CDB – Chevron Cons Ucs RJ	10.968	7.162
Banco do Brasil CDB – Chevron Cras RJ	2.697	1.186
Banco do Brasil CDB – Chevron Educ Ambiental	8.050	3.200
Banco do Brasil CDB – Assembleia Redlac	-	115
Banco do Brasil CDB – R20	-	6
Banco do Brasil CDB – Moçambique	6	1
Banco do Brasil CDB – Rock in Rio	504	174
Banco do Brasil CDB – Projeto Especiais	-	83
Banco do Brasil CDB- COP Cancun 13	-	44
Banco do Brasil CDB – Agência GEF FUNBIO	4.162	1.663
Banco do Brasil CDB – Agência GEF Projeto	175	473
Banco do Brasil CDB – Probrio Saldo MMA	548	-
Banco do Brasil CDB – Chevron UCs Fed. Fase II	5.988	-
Banco do Brasil CDB – Chevron Ed Amb. Fase II	2.975	-
Banco do Brasil CDB – CAF Amazônia	1.478	-
Banco do Brasil CDB – Inovação SVA 2ª Fase	2	-
Total aplicação Certificado Depósito Bancário - CDB	77.285	44.656

Aplicação Renda fixa

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Banco do Brasil RF LP - PROBIO Fundo de Oportunidade	5.660	7.639
Banco do Brasil RF LP – TFCA	841	2.014
Total aplicação renda fixa	6.501	9.653

Gestor de ativos⁽¹⁾

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Itaú Pragma BANYAN - Fundo Kayapó	469	440
Itaú Pragma LIBER MM - Fundo Kayapó	3.995	3.824
Itaú Pragma LYNX MM - Fundo Kayapó	4.379	4.039
Itaú Pragma HONOR - Fundo Kayapó	1.225	1.224
Itaú Pragma LYNX II - Fundo Kayapó	39	35
Itaú Private EFFICAX - Fundo Kayapó	8.396	9.083
Itaú Pragma LIBER - Fundo de Recursos do FUNBIO – FRF	7.796	6.195
Itaú Pragma BANYAN - Fundo de Recursos do FUNBIO – FRF	306	287
Itaú Pragma LYNX II - Fundo de Recursos do FUNBIO – FRF	16	14
Itaú Pragma HONOR - Fundo de Recursos do FUNBIO – FRF	2.987	1.069
Itaú Pragma ARES - Fundo de Recursos do FUNBIO – FRF	465	237
Itaú Pragma LYNX MM - Fundo de Recursos do FUNBIO – FRF	2.856	2.634
Itaú Private EFFICAX – FRF	3.703	6.118
J.P Morgan – FRF	2.077	826
Credit Suisse – Fundo de Recursos do FUNBIO - FRF	3.620	3.204
Itaú Pragma BANYAN – Fundo de Transição – FT	132	123
Itaú Pragma LYNX II – Fundo de Transição – FT	7	6
Itaú Pragma SUMAUMA – Fundo de Transição – FT	76.434	68.690
Itaú Pragma ARES – Fundo de Transição – FT ⁽²⁾	627	-
Itaú Private EFFICAX – Fundo de Transição - FT	3.014	1.723
Itaú Pragma ARES – Fundo de Transição - FT KFW	179	159
Itaú Pragma BANYAN – Fundo de Transição - FT KFW	940	881
Itaú Pragma HONOR – Fundo de Transição - FT KFW	8.962	9.041
Itaú Pragma LIBER – Fundo de Transição - FT KFW	4.875	15.511
Itaú Pragma LYNX MM – Fundo de Transição - FT KFW	8.773	8.092
Itaú Private EFFICAX - FT KFW	7.759	19.614
Credit Suisse – Fundo de Transição - FT KFW	13.119	12.893
Itaú Pragma – Fundo Bahia e ES	-	3.415
Itaú Pragma LIBER – Fundo Bahia e ES -	1.220	-
Itaú Pragma HONOR – Fundo Bahia e ES	718	-
Itaú EFFICAX - Fundo BA & ES	779	-
J.P Morgan – Fundo BA & ES	369	-
Itaú Pragma LIBER – Fundo Amapá	1.561	1.407
Itaú Pragma ARES – Fundo Amapá	827	736
Itaú Pragma HONOR – Fundo Amapá	896	617
Itaú Private EFFICAX– Fundo Amapá	1.016	1.291
J.P Morgan – Fundo Amapá	518	214
Total gestor de ativos	175.054	183.642

(1) Os tipos de investimentos feitos pelos fundos são:

- **Fundo Kayapó:**

Carteira Local: Renda Fixa Low Vol	71%
Renda Fixa	23%
Renda Variável	6%

- **FRF:**

Carteira Local: Renda Fixa Low Vol	29%
Renda Fixa	32%
Hedge Fund	17%
Renda Variável	13%
Renda Variável off	9%

- **FT:**

Carteira Local: Renda Fixa Low Vol	31%
Renda Fixa	47%
Hedge Fund	10%
Renda Variável	7%
Renda Variável Off	5%

- **AFPA Fundo Ba&ES:**

Carteira Local: Renda Fixa Low Vol	21%
Renda Fixa	32%
Hedge Fund	17%
Renda Variável	20%
Renda Variável Off	10%

- **Fundo AMAPÁ:**

Carteira Local: Renda Fixa Low Vol	21%
Renda Fixa	32%
Hedge Fund	17%
Renda Variável	19%
Renda Variável Off	11%

(2) Este valor de R\$ 627 mil aplicado no Itaú Pragma ARES – Fundo de Transição se refere a recursos do Fundo Bahia e Espírito Santo.

Demais aplicações

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Banco do Brasil - FT Operacional	3.743	545
Banco do Brasil - GEF BM Arpa II	160	1.242
Banco do Brasil – Resex Mapua	-	9
Itaú– Fauna (Carteira Fauna)	126	117
Itaú - Administrativa	71	26
Itaú - Fauna (carteira Fauna)	1	39
Itaú Compromissada DI -Administrativa	318	295
Itaú Compromissada DI – Fauna (Carteira Fauna)	411	387
Banco do Brasil – Giant Prospec. - RF	4.858	-
Total de demais aplicações	9.688	2.660
Total de aplicações – Dos demais projetos – (b.2)	268.528	240.611
Total de aplicações – (b.1 + b.2)	468.391	490.427

(c) Composição das aplicações financeiras no exterior em 31 de dezembro:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Itaú Miami – Fundo Amapá ⁽¹⁾	4.669	4.104
Banco do Brasil NY – Moore Redlac Capacitação	162	1.861
Banco do Brasil NY – Agência GEF	-	82
Banco do Brasil NY – Aplic. ALLO	7	79
Banco do Brasil NY - Fundo Bahia e ES	-	3.424
Itaú Miami - Fundo de Transição ⁽¹⁾	295.718	193.605
Itaú Miami - KFW Fundo de Transição ⁽¹⁾	6.323	6.201
Itaú Miami – Fundo BA & ES ⁽¹⁾	3.526	-
Total de aplicações no exterior	310.405	209.356
Total - (a + b.1 + b.2 + c)	784.862	729.230

(1) Os tipos de investimentos feitos pelos fundos são:

- **Fundo AMAPÁ**
 - Carteira Off: Renda Fixa Low Vol 18%
 - Renda Fixa 22%
 - Renda Variável 60%
- **FT – Fundo de Transição:**
 - Carteira Off: Renda Fixa Low Vol 18%
 - Renda Fixa 23%
 - Renda variável 59%
- **AFPA Fundo Ba&ES**
 - Carteira Off: Renda Fixa 100%

9. Imobilizado

a) Composição

Descrição	Taxa de depreciação anual	Custo	31/12/2017		Imobilizado líquido em 31/12/2016
			Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	
Móveis e utensílios	10%	321	(272)	49	61
Maquinas e equipamentos	10%	248	(138)	110	117
Equipamentos de informática	20%	1.022	(656)	366	425
Benfeitorias em bens de terceiros	4% a 33%	663	(509)	154	163
Total		2.254	(1.575)	679	766

b) Movimentação

Descrição	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Benfeitorias em bens de terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	30	125	465	135	755
Aquisições	43	16	114	36	209
Baixas	(3)	(42)	(81)	-	(126)
Depreciação	(9)	18	(73)	(8)	(72)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	61	118	425	163	766
Aquisições	-	12	97	-	109
Baixas	(12)	(15)	(80)	-	(107)
Depreciação	-	(4)	(76)	(9)	(89)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	49	110	366	154	679

Redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a administração não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

10. Fornecedores

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Grant Thornton Auditores Independentes	158	-
KONIK Indústria e Comércio de Móveis Ltda	-	9
RPC Importação e Comércio de Maq. e Equip.	-	222
RN Comércio Varejista S.A	-	6
Alegria Indústria e Comércio LTDA	-	38
Ferrari & Cia Ltda	-	72
A.F. Comércio e Serviços Técnicos Ltda	14	13
One Way Solution Ltda.	-	3
Total	172	363

11. Salários e obrigações trabalhistas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Provisão de férias e encargos	1.060	1.070
Salários a pagar	425	404
IRRF a recolher	260	250
INSS a recolher	169	191
FGTS a recolher	70	68
PIS a recolher	9	8
Outros	14	8
Total	2.007	1.999

12. Recursos de terceiros vinculados a projetos

Movimentação dos saldos dos projetos 2017

	31/12/2016	Recursos recebidos	Rendimentos sobre aplicações	Despesas Financeiras	Variação cambial	Recursos utilizados prest. contas	Prestação de contas em andamento	Transferências (receita Funbio) (7)	Transferência para IDG (1)	Desembolsos/ Transferência interna	Prestação de contas em andamento/ Demais transferências	31/12/2017	Nota
ARPA 2ª Fase - GEF BM	1.360	10.895	119	(5)	-	(10.761)	-	(1.314)	-	-	(134)	160	12.1
ARPA 2ª Fase - KfW	4.534	11.748	176	(82)	789	(9.381)	(30)	(884)	-	-	(277)	6.593	12.1
ARPA FT - Operacional	760	-	224	(105)	-	(23.210)	(8)	(2.060)	-	29.700	97	5.398	12.1
ARPA FT - BID MSC	694	634	25	(4)	-	(779)	-	(362)	-	-	74	282	12.1
ARPA FT - BID SCI	842	4.505	65	(20)	-	(1.338)	(5)	(2.060)	-	-	312	2.301	12.1
Acordo FMA - Instr. I-A Comp. Ambiental (Brad. 3000-7) (1)	180.550	4.451	12.513	(2)	-	(18.767)	-	(1.853)	(51.661)	-	-	125.231	12.2
Acordo FMA - Instr. I-B CA Federal (Brad. 3001-5)	-	2.843	153	-	-	-	-	(5)	-	-	-	2.991	12.2
Acordo FMA - Instr. I-C Res. Reg. Fundiária (Brad. 3002-3)	7.992	-	666	-	-	(22)	-	-	-	-	-	8.636	12.2
Acordo FMA - Instr. II - OP. Doações (Brad. 3003-1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.2
Acordo FMA - Instr. III - A - Finan. Fiduciário (Brad. 3005-8)	28.567	-	2.275	-	-	-	-	-	-	-	-	30.842	12.2
Acordo FMA - Instr. III - B - Finan. Fid. CV (BB 25.738-9) (2)	1.628	-	113	(7)	-	(544)	-	-	-	-	(136)	1.054	12.2
Acordo FMA - Instr. IV - OP. Rest. Florestal (Brad. 3008-2)	928	1.271	140	-	-	-	-	(15)	-	-	-	2.324	12.2
Acordo FMA - Instr. V - TAC (Brad. 3009-0) (3)	16.794	-	1.245	-	-	(3.231)	-	(350)	-	(1.088)	-	13.370	12.2
Acordo FMA - Instr. VI - OP. Outras Fontes (Brad. 3010-4)	14.232	-	1.208	-	-	-	-	(20)	-	-	-	15.420	12.2
TFCA	2.411	-	129	-	-	(1.509)	-	(156)	-	-	33	908	12.3
Kayapó	173	-	23	-	-	(1.749)	-	(114)	-	1.913	3	249	12.4
Adoção de Parques	633	-	45	(2)	-	(72)	-	-	-	-	-	604	12.5
Probio - Fundo de Oportunidade	7.639	-	520	-	-	(1.924)	-	(539)	-	-	-	5.696	12.6
Carteira Fauna - Ararinha Azul	636	-	33	(1)	-	(533)	-	-	-	-	-	135	12.7
Carteira Fauna - Sirênios	119	-	5	-	-	(98)	-	-	-	-	-	26	12.7
Carteira Fundo Fauna	550	7	53	(7)	-	-	-	(1)	-	-	-	602	12.7
Novas Fontes Arpa (4)	115	-	8	-	-	-	-	(28)	-	(95)	-	-	12.8
GEF Nutrição	1.043	740	79	(6)	-	(1.173)	(3)	(106)	-	-	-	574	12.9
Fundo Carbono Paiter Suruí	654	-	6	-	-	-	-	-	-	-	(660)	-	12.10
GEF Mar	747	9.191	93	(16)	-	(7.369)	(16)	(674)	-	-	(41)	1.915	12.11
Subtotal	273.601	46.285	19.916	(257)	789	(82.460)	(62)	(10.541)	(51.661)	30.430	(729)	225.312	

Ne.(1) Conforme 2º Aditivo do Acordo 004/2016, onde foi incluída a previsão de transferência de recursos sob a gestão operacional do Funbio para outros gestores operacionais selecionados pela Secretaria Estadual do Ambiente – SEA e também de acordo com os ofícios SEA/SAP 225 e 229 datados de 05/06/2017, o Funbio transferiu nos dias 07 e 13/06/2017 o valor de R\$ 51.661 para o Gestor operacional Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG.

Ne (2) Dentro de 2017 o valor das recargas foram R\$ 732, sendo que R\$ 544 foram prestadas contas, R\$ 52 devolução de saldo, restando R\$ 136 a prestar contas.

Ne.(3) Em 03/01/2017 ocorreu o acerto entre contas com o Projeto Conservação da Toninha na Área de Manejo I, depositado na conta incorretamente em 19/12/2016 no valor de R\$ 1.088. Este valor se refere a correção monetária sobre a 2ª Parcela do Termo de Execução do TAC nº CW 1399279.

Ne.(4) Em 28/09/17 foi transferido recursos do projeto Novas Fontes Amazônia para o projeto CAF Amazônia no valor de R\$ 95.

	31/12/2016	Recursos recebidos	Rendimentos sobre aplicações	Despesas Financeiras	Variação cambial	Recursos utilizados prest. contas	Prestação de contas em andamento	Transferências (receita Funbio) (7)	Transferência para IDG (1)	Desembolsos/ Transferência interna	Prestação de contas em andamento/ Demais transferências	31/12/2017	Nota
Subtotal	273.601	46.285	19.916	(257)	789	(82.460)	(62)	(10.541)	(51.661)	30.430	(729)	225.312	-
Projeto K (5)	2.023	2.716	20	(17)	95	(2.533)	-	(229)	-	(314)	(333)	1.428	12.12
Moore Sustentabilidade (6)	499	-	21	-	-	-	-	(251)	-	(269)	-	-	12.13
Chevron - Pesquisa Marinha e Pesqueira	13.127	11.301	727	-	-	(7.368)	-	(1.503)	-	-	-	16.284	12.14
Chevron - Conservação da Toninha (3)	5.874	5.027	441	-	-	(2.498)	-	(1.056)	-	1.088	-	8.876	12.14
Chevron - Educação Ambiental	3.200	5.013	316	-	-	(4)	-	(474)	-	-	-	8.051	12.14
Chevron - Educação Ambiental - Fase II	-	3.262	21	-	-	-	-	(307)	-	-	-	2.976	12.14
Chevron - Conservação das Ucs	7.162	3.652	618	-	-	(5)	-	(459)	-	-	-	10.968	12.14
Chevron - Conservação das Ucs - Fase II	-	6.505	97	-	-	-	-	(614)	-	-	-	5.988	12.14
Chevron - CRAS RJ	1.187	1.625	113	-	-	(16)	-	(212)	-	-	-	2.697	12.14
TAC Aerolave Caçapava	287	256	15	-	-	(461)	-	(63)	-	-	-	34	12.15
R20	6	158	-	-	-	(148)	-	(16)	-	-	-	-	12.16
Rock in Rio	177	2.025	34	-	-	(1.504)	-	(244)	-	-	-	488	12.17
Funbio-Bioguiné	83	-	3	-	-	(43)	-	(43)	-	-	-	-	12.18
Mata Atlântica III	961	1.040	58	-	16	-	-	(583)	-	-	-	1.492	12.19
Assembléia RedLac	81	-	3	-	-	(4)	-	(80)	-	-	-	-	12.20
Moçambique	(5)	198	2	(2)	-	(47)	-	(140)	-	-	-	6	12.21
COP Cancun 13	44	75	-	-	-	(52)	-	-	-	-	(67)	-	12.22
CAF Amazônia (4 e 5)	-	1.586	9	(6)	-	(1)	-	(474)	-	364	-	1.478	12.23
Inovação SVA - 2ª Fase (5)	-	-	7	-	-	(14)	-	(304)	-	314	-	3	12.24
Acordo de Cooperação entre Funbio e MMA - Probio II	-	640	34	-	-	(49)	-	(77)	-	-	-	548	12.25
UC's Estaduais do Amazonas	-	19	-	-	-	-	-	(19)	-	-	-	-	12.26
Subtotal	34.707	45.098	2.539	(25)	111	(14.747)	-	(7.148)	-	1.183	(400)	61.317	

Ne. 5). Em 13/03/17 foi transferido recursos do projeto K para o projeto Inovação SVA 2ª Fase no valor de R\$ 314. Em 22/12/2017 foi internalizado EUR 85 pela conta de Bco. do Brasil Frankfurt 3593313888 correspondente a R\$ 333, porém só entrou no Bco. do Brasil c/c 130240-X em 04/01/2018.

Ne. 6). Em 28/09/17 foi transferido recursos do projeto Moore Sustentabilidade para o projeto CAF Amazônia, conforme contrato no valor de USD 81 na taxa de 3,296, correspondente a R\$ 269.

	31/12/2016	Recursos recebidos	Rendimentos sobre aplicações	Despesas Financeiras	Varição cambial	Recursos utilizados prest. contas	Prestação de contas em andamento	Transferências (receita Funbio) (7)	Transferência para IDG (1)	Desembolsos/ Transferência interna	Prestação de contas em andamento/ Demais transferências	31/12/2017	Nota
Fundo de Transição	363.578	38.965	51.744	(3.639)	5.854	-	-	-	-	(29.700)	-	426.802	12.1
Fundo Kayapó	18.643	-	2.168	(393)	-	-	-	-	-	(1.913)	-	18.505	12.4
Fundo Amapá	8.351	-	1.198	(127)	154	-	-	-	-	-	-	9.576	12.27
Funbo Bahia e Espírito Santo	6.836	-	388	(40)	53	-	-	-	-	-	-	7.237	12.28
Subtotal	397.408	38.965	55.498	(4.199)	6.061	-	-	-	-	(31.613)	-	462.120	
	705.716	130.348	77.953	(4.481)	6.961	(97.207)	(62)	(17.689)	(51.661)	-	(1.129)	748.749	
Circulante	308.308											286.629	
Não Circulante	397.408											462.120	

Ne. 7). Na DRE o valor total da receita está R\$ 17.718, e nesta nota está R\$ 17.689, uma diferença de R\$ 29 que corresponde ao recebimento da Moore referente aos 15 anos do ARPA.

Movimentação dos saldos dos projetos 2016

	31/12/2015	Recursos recebidos	Rendimentos sobre aplicações	Despesas Financeiras	Variação cambial	Recursos utilizados prest. contas	Prestação de contas em andamento	Prestação de contas enviadas	Outros	Transferências, desembolsos e reembolso	Transferência FMA Convênio x Acordo	31/12/2016
						(a) + (b) + (c)	(a)	(b)	(c)			
ARPA 2ª Fase - GEF BM	1.678	15.827	156	(17)	-	(14.579)	(13)	(14.962)	396	(1.705)	-	1.360
ARPA 2ª Fase – KfW	1.472	20.347	116	(126)	(623)	(15.550)	(9)	(15.677)	136	(1.102)	-	4.534
ARPA FT - Operacional	798	7.900	192	(31)	-	(7.219)	(22)	(7.248)	51	(880)	-	760
ARPA FT - BID MSC	58	1.231	52	(6)	-	(367)	-	(443)	77	(275)	-	694
ARPA FT - BID SCI	251	3.566	71	(15)	-	(1.485)	(31)	(1.485)	30	(1.546)	-	842
FMA - Compensação Ambiental	179.773	12.201	16.978	(1)	-	(15.403)	-	(15.403)	-	(5.755)	(187.793)	-
FMA - Cartão Vinculado	212	1.800	96	(5)	-	(446)	-	(446)	-	88	(1.745)	-
FMA - Outras Fontes	22.294	-	1.858	-	-	-	-	-	-	-	(24.152)	-
Acordo FMA - Instr. I-A Comp. Ambiental (Brad. 3000-7)	-	895	3.191	-	-	(3.485)	(222)	(3.263)	-	-	179.950	180.550
Acordo FMA - Instr. I-B CA Federal (Brad. 3001-5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acordo FMA - Instr. I-C Res. Reg. Fundiária (Brad. 3002-3)	-	-	150	-	-	-	-	-	-	-	7.842	7.992
Acordo FMA - Instr. II - OP. Doações (Brad. 3003-1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acordo FMA - Instr. III -A - Finan. Fiduciário (Brad. 3005-8)	-	-	689	(1)	-	-	-	-	-	-	27.879	28.567
Acordo FMA - Instr. III-B - Finan. Fid. CV (BB 25.738-9)	-	-	58	(2)	-	(112)	-	(112)	-	(61)	1.746	1.628
Acordo FMA - Instr. IV - OP. Rest. Florestal (Brad. 3008-2)	-	915	13	-	-	-	-	-	-	-	-	928
Acordo FMA - Instr. V - TAC (Brad. 3009-0) ⁽¹⁾	-	5.000	341	-	-	-	-	-	-	1.088	10.365	16.794
Acordo FMA - Instr. VI - OP. Outras Fontes (Brad. 3010-4)	-	-	445	-	-	-	-	-	-	-	13.787	14.232
TFCA	3.717	-	348	-	-	(1.555)	(2)	(1.552)	1	(99)	-	2.411
Kayapó	777	-	49	(1)	-	(546)	-	(546)	-	(106)	-	173
Adoção de Parques	2.230	-	172	(1)	-	(1.767)	(7)	(1.773)	13	-	-	633
Fundo Juruti Sustentável	3.351	-	198	-	-	(3.471)	-	(3.471)	-	(78)	-	-
Capacitação FUNJUS	21	-	-	-	-	-	-	-	-	(21)	-	-
Probio - Fundo de Oportunidade ⁽²⁾	9.781	-	847	-	-	(1.478)	-	(1.478)	-	(1.512)	-	7.639
Probio Juruti Sustentável	84	751	38	-	-	(767)	-	(767)	0	(106)	-	-
Subprojeto Votorantim - Execução	10	-	1	(0)	-	(1)	-	(1)	0	(10)	-	-
Subprojeto Votorantim - CP	19	-	-	(1)	-	-	-	-	-	(18)	-	-
Subtotal	226.526	70.433	26.058	(207)	(623)	(68.230)	(306)	(68.627)	704	(12.098)	27.879	269.738

Ne.(1) Em 19/12/2016 ocorreu uma transferência de recurso referente a correção monetária sobre a 2ª Parcela do Termo de Execução do TAC nº CW 1399279, Projeto Conservação da Toninha na Área de Manejo I depositado na conta incorretamente e acertado com o projeto em 03/01/2017 no valor de R\$ 1.088 mil

Ne.(2) O projeto Probio – Fundo de Oportunidades possui dois Subprojetos: Probio – Juruti Sustentável e Votorantim – Execução são executados pelo próprio Funbio e estão apresentados em linhas específicas portanto, os recursos recebidos por esses projetos os recursos por esses projetos R\$ 751 respectivamente, também constam da prestação de contas do projeto Probio – Fundo de Oportunidades.

	31/12/2015	Recursos recebidos	Rendimentos sobre aplicações	Despesas Financeiras	Variação cambial	Recursos utilizados prest. contas	Prestação de contas em andamento	Prestação de contas enviadas	Outros	Transferências, desembolsos e reembolso	Transferência FMA Convênio x Acordo	31/12/2016
Subtotal	226.526	70.433	26.058	(207)	(623)	(68.230)	(306)	(68.627)	704	(12.098)	27.879	269.738
GEF Cerrado	2	-	2	(1)	14	-	-	-	-	(17)	-	-
GEF Polinizadores	176	-	11	(1)	17	(142)	-	(142)	-	(62)	-	-
Carteira Fauna - Ararinha Azul	1.114	-	113	-	-	(390)	(2)	(388)	-	(202)	-	636
Carteira Fauna – Sirênios	148	-	15	-	-	(6)	-	(6)	-	(38)	-	119
Carteira Fundo Fauna	544	29	67	(10)	-	-	-	-	-	(80)	-	550
Novas Fontes Arpa	122	-	13	-	-	(21)	-	(21)	-	-	-	115
RedLac Capacitação	33	-	1	(19)	(38)	(21)	-	(21)	-	45	-	-
GEF Nutrição	1.205	822	136	(5)	-	(991)	-	(991)	-	(124)	-	1.043
Fundo Carbono Paíter Suruí	1.079	33	76	(1)	(20)	(347)	-	(347)	-	(167)	-	654
ICCO Foundation	316	-	6	(1)	(34)	-	-	-	-	(287)	-	-
GEF Mar	1.683	3.116	220	(7)	-	(3.261)	(3)	(3.297)	39	(1.003)	-	747
Projeto K	83	4.404	20	(6)	(237)	(1.758)	(2)	(1.758)	2	(483)	-	2.023
Moore Sustentabilidade	749	659	30	(3)	-	(210)	-	(210)	-	(725)	-	499
Chevron - Pesquisa Marinha e Pesqueira	5.320	10.992	571	(1)	-	(2.789)	-	(2.789)	-	(966)	-	13.127
Chevron - Conservação da Toninha	2.452	3.907	246	-	-	(623)	-	(623)	-	(108)	-	5.874
Chevron - Educação Ambiental	-	3.531	77	-	-	-	-	-	-	(408)	-	3.200
Chevron - Conservação das Ucs	-	7.488	171	-	-	-	-	-	-	(497)	-	7.162
Chevron - CRAS RJ	-	1.310	29	-	-	-	-	-	-	(152)	-	1.187
TAC Aerolave Caçapava	-	396	16	-	-	(74)	-	(74)	-	(52)	-	287
R20	-	474	2	-	-	(454)	-	(454)	-	(15)	-	6
Rock in Rio	-	693	7	(3)	-	(430)	-	(430)	-	(89)	-	177
GEF Mangue	-	444	-	-	-	(267)	-	(267)	-	(178)	-	-
Inovação SVA - 1ª Fase	-	71	-	-	-	(4)	-	(4)	-	(68)	-	-
Funbio-Bioguiné	-	100	2	-	-	(8)	-	(8)	-	(11)	-	83
Mata Atlântica III	-	989	7	(4)	(31)	-	-	-	-	-	-	961
Assembléia RedLac	-	491	14	(1)	-	(424)	-	(424)	-	-	-	81
Matriz PSA - Forest Trend	-	67	-	-	-	-	-	-	-	(67)	-	-
Moçambique	-	51	-	(1)	-	(55)	-	(55)	-	-	-	(5)
COP Cancun 13	-	160	-	-	-	(116)	-	(116)	-	-	-	44
UC's Federais do Acre	10	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)	-	-
Promar	30	-	-	-	-	-	-	-	-	(30)	-	-
Subtotal	15.066	40.228	1.851	(64)	(327)	(12.389)	(7)	(12.424)	42	(5.793)	-	38.571

Nas notas explicativas abaixo foi considerado para a execução dos projetos os valores contidos nas colunas “Recursos utilizados prestação de contas” e “Transferências (receita Funbio)”, no quadro movimentação dos saldos dos projetos 2017.

12.1 ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônia.

O programa ARPA é a maior iniciativa de proteção de florestas tropicais do mundo. Tem como meta a conservação e uso sustentável de 60 milhões de hectares – 15% da região amazônica. Em 2017 passou a apoiar 60,7 milhões de hectares em 117 Unidades de Conservação (UCs). Esta área equivale - a título de comparação - ao território de 2 Alemanhas.

O FUNBIO é o gestor financeiro do programa, realizando as atividades de aquisições e contratações para as UCs e fazendo a gestão de ativos do fundo que garante a sustentabilidade do programa no longo prazo, o Fundo de Transição (FT). Este fundo incorpora os recursos do FAP (Fundo de Áreas Protegidas da Amazônia), constituído na primeira fase do programa, e alavanca novos recursos da cooperação internacional e de doações privadas, com a meta de chegar a 215 milhões de dólares.

Este recurso deve financiar as UCs apoiadas pelo ARPA em uma transição gradual, até que os recursos governamentais assumam a cobertura total dos custos de manutenção das UCs a partir de 2039. Em sua terceira fase, o Arpa tem como meta a criação de mais 13,5 milhões de hectares em novas UCs e a consolidação de cerca de 32 milhões de hectares em UCs já estabelecidas.

No exercício de 2017 destacamos:

- O Fundo de Transição e o FAP atingiram o montante de R\$ 430 milhões, um incremento líquido de 18% (2016: R\$ 363 milhões) decorrentes de novos depósitos recebidos de doações do WWF e da Anglo American, rendimentos de aplicação financeira e variação cambial, esta última impactada pela valorização de aproximadamente 1,5% da moeda estrangeira (US\$) constante na carteira de investimentos. Em abril de 2017 a totalidade das unidades e dos processos de criação apoiadas nos subcomponentes 1.2 e 2.1 do Programa passaram a utilizar recursos da conta do Fundo de Transição, segregada e apresentada no quadro acima como ARPA FT - Operacional. Esta migração ocorreu anteriormente ao prazo previsto devido à proximidade de finalização dos recursos da Fase II (contratos GEF e KfW).
- Internalizados R\$ 10,9 milhões e executados aproximadamente R\$ 11,9 milhões dos recursos do contrato com o Banco Mundial da fase II no valor total de US\$ 15,890 milhões; O contrato foi finalizado em julho, tendo seu período de graça encerrado em novembro de 2017.
- Do contrato com o Ministério para Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), assinado com o KfW – Entwicklungsbank (Banco Alemão de Desenvolvimento) para a fase II no valor de EUR 20 milhões, internalizamos R\$ 11,7 milhões e executamos R\$ 10,2 milhões.
- A conta do ARPA FT – Operacional recebeu R\$ 29,7 milhões provenientes do Fundo de Transição em 2017 e executou R\$ 25,3 milhões.

- Com relação à Cooperação Técnica Não-Reembolsável assinada com o BID – Banco Interamericano para o Desenvolvimento, no valor total de US\$ 4,5 milhões, que prevê o Planejamento e Fortalecimento do Gestor do Fundo de Transição para o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) para a Vida, foram internalizado R\$ 5,1 milhões e executados R\$ 4,5 milhões, nos dois contratos: MSC e SCI.

12.2 FMA – Fundo Mata Atlântica do Rio de Janeiro – Acordo de Cooperação 04/2016

Em 2016, no âmbito do Acordo de Cooperação 04/2016, que recebeu a totalidade dos recursos remanescentes do Convênio SEA 003/2009 encerrado em 14 de novembro de 2016, temos a destacar os seguintes instrumentos que foram criados nos termos previstos na Lei Estadual nº 6.572, de 31 de outubro de 2013, com a alteração dada pela Lei Estadual nº 7.061, de 25 de setembro 2015, de acordo com as condições e procedimentos estipulados no edital do Chamamento Público 01/16, no Manual de Gestão do FMA (a ser pactuado pelas partes), bem como da Resolução SEA nº 491/15, alterada pela Resolução 503/16.

O FMA Acordo é composto por 6 (seis) instrumentos de operação de projetos, a saber:

- I – Instrumento Operacional de Compensação Ambiental SNUC: mecanismo destinado a operar projetos oriundos de recursos de compensação ambiental, estabelecida com base no art. 36 da Lei Federal nº 9.985/00, em que o empreendedor, após anuência do INEA, opta por depositar os recursos em conta específica do Gestor Financeiro do FMA para execução de projetos aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro – CCA/RJ, subdividido em três formas:
 - a) Carteira de projetos aprovados pela CCA/RJ: destinado à execução de projetos apresentados por órgãos municipais, estaduais e federais de meio ambiente, assim como aqueles destinados à gestão de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN, e aprovados pela CCA/RJ, que tenham por objetivo o apoio à implantação e manutenção de uma, ou mais, UC's de proteção integral. Esta carteira recebeu o saldo inicial de R\$ 179,9 milhões oriundos do Convênio 003/2009 encerrado em 14/11/2016. Já na vigência do Acordo de cooperação foram executados no ano de 2017 R\$ 20,6 milhões (2016 – R\$ 3,2 milhões) , recebidos R\$ 4,4 milhões (2016 – R\$ 0,9 milhões) e apurado rendimentos financeiros desta carteira no montante de 12,5 milhões (2016 – R\$ 3,2 milhões). Assim, o saldo desta carteira no final do exercício de 2017 é de R\$ 125,2 milhões (2016 – R\$ 180,5 milhões).
 - b) Carteira de projetos oriundos de compensação ambiental federal: instrumento destinado à execução de projetos em UC, encaminhados pelo Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, que tenham por objetivo o apoio à implantação e manutenção de uma, ou mais, Unidades de Conservação estaduais. Esta carteira recebeu recursos no exercício de 2017 na ordem de R\$ 2,8 milhões e gerou aproximadamente R\$ 0,1 milhões em rendimentos financeiros e encerrou o exercício no montante próximo de R\$ 2,9 milhões.
 - c) Reserva de Regularização Fundiária: destinada especificamente à regularização fundiária das unidades de conservação instituídas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, tornadas de domínio público e sendo o proprietário expropriado indenizado, por meio de acordo judicial ou administrativo. Esta carteira não recebeu recursos no exercício de 2017 (2016 - R\$ 7,8 milhões da carteira de compensação Ambiental do

convênio 003/2009). Já na vigência do Acordo de Cooperação gerou aproximadamente R\$ 0,6 milhões (2016 - R\$ 0,2 milhões) em rendimentos financeiros e encerrou o exercício no montante próximo a R\$ 8,6 milhões (2016 - R\$ 8,0 milhões).

- II – Instrumento Operacional de Doação: mecanismo destinado a operar projetos oriundos de recursos de doações nacionais e internacionais voltados à proteção e conservação da biodiversidade, aprovados pela SEA/RJ, cuja execução seja realizada por meio de projetos e acompanhada pelo sistema informatizado do FMA. Tal instrumento não recebeu recursos até o fim do exercício de 2017.
- III – Instrumento Financeiro Fiduciário: mecanismo financeiro destinado a captar recursos, cujo principal, sempre que possível, deverá ser preservado de forma a assegurar a gestão das unidades de conservação criadas pelo poder público estadual, especialmente as suas despesas correntes, visando à sua sustentabilidade financeira em caráter permanente. Este instrumento divide-se entre: III-A Instrumento Financeiro Fundo Fiduciário, que recebeu o montante de R\$ 27,8 milhões provenientes da transferência do saldo do Instrumento Fiduciário do Convênio 003/2009 e já na vigência do Acordo de Cooperação gerou rendimentos financeiros na ordem de R\$ 2,2 milhões (2016 - R\$ 0,7 milhões), encerrando o exercício de 2017 com um saldo de R\$ 30,8 milhões (2016 - R\$ 28,5 milhões); e III-B Instrumento Financeiro Fiduciário da Conta vinculada constituído de uma conta bancária de número 25.738-9 no Banco do Brasil que é utilizada para alimentar 33 cartões pré-pagos vinculados às Unidades de Conservação e Núcleos. No encerramento do Convênio 003/2009 e início do Acordo de Cooperação 04/2016 esta conta contava com o saldo R\$ 1,7 milhões e no decorrer do período do Acordo de Cooperação até o fim do exercício de 2017 R\$ 0,5 milhões (2016 - R\$ 0,1 milhão) foram utilizados na alimentação dos cartões e o saldo da conta fechou o ano com R\$ 1 milhão (2016 - R\$ 1,6 milhões).
- IV – Instrumento Operacional de Restauração Florestal: mecanismo destinado a operar projetos oriundos da obrigação de reposição florestal, prevista na Lei Federal 11.428/2007, devida pelo corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados pelo INEA, bem como nas demais obrigações consistentes em restauração florestal. Na vigência do Acordo de Cooperação este instrumento recebeu recursos no montante de R\$ 1,2 milhões (2016 - R\$ 0,9 milhões) que gerou aproximadamente R\$ 0,1 milhão de rendimentos financeiros, e resultou em um saldo de R\$ 2,3 milhões (2016 - R\$ 0,9 milhões) no final do exercício de 2017.
- V – Instrumento Termo de Ajustamento de Conduta - TAC: mecanismo destinado a operar projetos ambientais oriundos de TAC's celebrados com pessoas físicas ou jurídicas para ajustar sua conduta com o órgão ambiental face aos danos ambientais por elas praticados. Este instrumento recebeu R\$ 10,3 milhões provenientes do instrumento de Outras Fontes do Convênio 003/2009 não recebeu recursos no exercício de 2017 (2016 - R\$ 5,0 milhões) já na vigência do Acordo de Cooperação 04/2016, que acrescidos de rendimentos financeiros no montante de R\$ 1,2 milhões (2016 - R\$ 0,3 milhão), foram executados R\$ 3,6 milhões e gerou um saldo de R\$ 13,3 milhões (2016 - R\$ 16,8 milhões) ao final do exercício de 2017.

VI – Instrumento Operacional de Outras Fontes: mecanismo destinado a operar programas estaduais de proteção ambiental cuja origem não sejam as hipóteses dos incisos I, II, III, IV e V. Este instrumento recebeu R\$ 13,8 milhões provenientes do instrumento de Outras Fontes do Convênio 003/2009 e não recebeu recursos no exercício de 2017, gerou R\$ 1,2 milhões (2016 - R\$ 0,4 milhões) em rendimentos financeiros, encerrando o exercício fiscal com um saldo de R\$ 15,4 milhões (2016 - R\$ 14,2 milhões).

No quadro desta Nota Explicativa, é possível identificar a totalidade dos recursos utilizados no âmbito de cada um dos instrumentos contratuais (Convênio 003/2009 e Termo de Cooperação 04/2016), bem como confirmar a migração dos recursos das contas do Banco do Brasil para as contas no Gestor Financeiro do mecanismo, o Bradesco.

12.3 TFCA – Tropical Forest Conservation Act

O Tropical Forest Conservation Act (TFCA) é resultado de um acordo bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos que visa a troca de dívidas contraídas por países junto ao Governo Norte-americano por investimentos na conservação e no uso sustentável das florestas. Em todo o mundo, mais de dez países já firmaram o acordo com os EUA. O FUNBIO é a secretaria executiva da Conta TFCA, que recebe os recursos e os direciona para projetos em áreas com remanescentes dos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, que, juntos, cobrem cerca de 50% do país. O total da troca de dívida foi de US\$ 20,8 milhões.

A partir de 2011, o TFCA lançou sete chamadas de projetos, que resultaram no apoio a 89 projetos, inseridos nas seguintes linhas temáticas: Áreas Protegidas; Manejo de Paisagem; Capacitação; Manejo de Espécies; Projetos Comunitários; Fortalecimento de Rede; Capacitação para a Mobilização de Recursos Financeiros; e apoio a projetos na bacia do rio São Francisco no bioma Caatinga.

Em 2017, as seguintes atividades foram desempenhadas:

Projetos não finalizados das fases 2 e 3 foram monitorados por meio de relatórios técnicos e financeiros entregues a cada seis meses. Além disso, monitoramentos in loco serão realizados ao longo de 2018.

O projeto executado pela FBDS, um dos sete projetos que estavam em andamento em 2016, foi finalizado no segundo semestre de 2017 e os projetos apresentados pela ASDISC e AMIQCB, devido à capacidade de execução demonstrada por meio da relatoria técnica e financeira, foram contemplados com um aporte adicional de 10% do valor do contrato. Os demais projetos seguiram sua execução normal, e espera-se que terminem como definido nos contratos. Em 2017, foram realizados nove desembolsos para os projetos, totalizando R\$ 1,7 milhões (2016 – R\$ 1,5 milhões).

12.4 Fundo Kayapó

Fundo patrimonial criado e desenhado pelo FUNBIO para apoiar organizações Kayapó no longo prazo e aumentar a capacidade das Terras Indígenas Kayapó de manterem sua integridade física. O FK recebeu doações que totalizam de R\$ 15,5 milhões, oriundas do Fundo Amazônia, por meio do BNDES, e da Conservação Internacional (CI-Brasil). O FUNBIO é o gestor dos recursos que devem ser destinados a projetos formulados por organizações indígenas vinculadas a essa etnia.

Em 2017 teve início a execução dos projetos do terceiro ciclo, sendo desembolsado aos projetos o total de R\$ 1,7 milhões. Também em 2017 teve uma execução total de R\$ 1,9 milhões (2016 R\$ 0,5 milhões).

Em 2017 teve início a execução dos seguintes projetos do terceiro ciclo:

Fortalecimento da Gestão Organizacional e Atividades Produtivas do Povo Kayapó Menkragnoti no Corredor da BR-163 (Bacia do Xingu) tem como principal objetivo fortalecer a capacidade administrativa do Instituto Kabu, executor do Projeto, para apoiar iniciativas geradoras de renda, a fim de promover a melhoria da qualidade de vida em 10 aldeias nas terras de Baú e Menkragnotí, ambas no Pará. São projetos de baixo impacto ambiental com intuito de fortalecer as cadeias da castanha-do-Brasil e do cumaru, fibras, madeira, algodão e resinas para confecção de artesanato.

Promover a Autonomia Socioeconômica, Territorial, Institucional, Cultural e Política dos Kayapó, executado pelo Instituto Raoni, tem como principais objetivos apoiar o fortalecimento da autonomia socioeconômica e cultural, a proteção territorial e a participação efetiva dos Kayapó em processos e instâncias de tomadas de decisão sobre questões de interesse e de garantia dos seus direitos. O projeto é desenvolvido em 16 aldeias presentes de duas terras indígenas, onde vivem mais de 2 mil indígenas: Menkragnoti, no Pará, e Capoto/Jarina, no Mato Grosso. Entre as principais atividades estão a promoção do aumento de produção, gestão e comercialização do artesanato, o fortalecimento da cadeia produtiva de cumaru e copaíba, o apoio à produção de roças para subsistência e comercialização, e o apoio à inibição da presença de invasores e de ameaças externas e à troca de experiências entre indígenas nas áreas de políticas públicas, gestão territorial e ambiental.

Iniciativas de Gestão Territorial e Ambiental das Comunidades Kayapó, executado pela Associação Floresta Protegida tem como objetivo contribuir para o fortalecimento das comunidades Kayapó por meio da proteção e da gestão sustentável de seus territórios e recursos naturais e promover sua autonomia econômica e política. O projeto acontece em 17 aldeias de três terras indígenas: Kayapó, Menkragnoti e Las Casas, no Pará, que juntas somam seis milhões de hectares. As principais iniciativas apoiadas são a capacitação para a proteção dos territórios, o fortalecimento das cadeias produtivas do agroextrativismo e do artesanato para maior geração de renda e consolidação de ações institucionais visando maior protagonismo indígena.

O FUNBIO realizou visita de monitoramento ao Instituto Raoni no período de 16/07 a 22/07/2017, onde pode ser verificada a qualidade técnica e financeira do trabalho desempenhado pela instituição beneficiária.

12.5 Adoção de Parques

Esta modalidade de apoio, criada em 2011, busca investimentos voluntários privados para estruturar e promover a manutenção de Unidades de Conservação (UCs) Federais, Estaduais ou Municipais visando a conservação da Biodiversidade. O FUNBIO administra as doações e presta serviços de compras e contratações especializadas, controle financeiro e relatoria. Em contrapartida ao aporte de recursos, as empresas têm seu patrocínio reconhecido e ganham visibilidade em ações de comunicação.

Os contratos vigentes são:

Parque	Área (mil) Hectares	Recursos Contratuais
Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	10,9	R\$ 4,3 milhões - OGX
Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	155	R\$ 3,5 milhões – MPX/ENEVA

Em 2016 o projeto de apoio ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi finalizado, restando para 2017 apenas a prestação de contas de recursos executados via conta vinculada.

Ao longo de 2017, o apoio ao Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, via Programa Adoção de Parques, viabilizou a aquisição de equipamentos, móveis e eletrodomésticos para a estruturação do Alojamento de Pesquisadores, cuja reforma foi financiada em 2016. Além disso, o Programa apoiou projeto piloto de pesquisa relacionado ao manejo de sardinhas, em parceria com Universidades, tendo sido financiados materiais diversos relacionados à pesca e máquinas fotográficas subaquáticas.

O programa conta ainda com um aporte no valor original de R\$ 300 mil efetuado pela BP Brasil em 2012 para apoiar ações relacionadas à administração e gestão ambiental de UC's, o projeto encontra-se em vias de concepção.

Ao fim do exercício de 2017, o programa Adoção de Parques apresenta um saldo de R\$ 0,6 milhões (R\$ 2016: R\$ 0,6 milhões), tendo executado R\$ 72 mil (2016 – R\$ 1,7) em suas atividades.

12.6 Fundo de Oportunidades do Projeto Probio II - Projeto Nacional de Ações Integradas Público Privadas para Biodiversidade

O Probio II chegou ao fim em 2014, e finalizou a prestações de contas em 2015, com parcerias firmadas com o setor privado para a execução de 7 subprojetos em 6 territórios produtivos para incorporar práticas adequadas e estratégias favoráveis à biodiversidade. Estes Territórios estão distribuídos em 3 biomas - Amazônia, Mata Atlântica e Pampa.

A estratégia foi manter o foco em territórios com múltiplas atividades econômicas, como agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura, extrativismo, manejo florestal, localizados em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade. Para assegurar a sustentabilidade das ações a médio e longo prazo, foram trabalhadas diferentes agendas, entre elas fortalecimento de cadeias produtivas, estímulo à silvicultura de espécies nativas, produção de alimentos orgânicos, novos arranjos financeiros que incorporam o componente ambiental, biodiversidade e saúde.

Para dar suporte e continuidade ao apoio aos Subprojetos, o Probio II criou o Fundo de Oportunidades, que consiste em um mecanismo financeiro que permite agregar a conservação da biodiversidade às iniciativas do setor privado.

É por meio do Fundo de Oportunidades que os Subprojetos recebem os recursos financeiros para realizarem trabalhos em cadeias produtivas nos seis territórios, como também as ações de monitoramento para avaliar os resultados alcançados. O aporte inicial ao Fundo de Oportunidades foi da ordem de R\$ 13.2 milhões.

Em 2017 as seguintes ações foram executadas no âmbito do Fundo de Oportunidades:

- A Comissão Técnica do Fundo de Oportunidades avaliou e aprovou, por meio remoto, uma nova proposta para o subprojeto territorial a ser executado no bioma Pampa a ser executado pela SAVE Brasil, chamado: Conservação da biodiversidade aliada à produção agropecuária no bioma Pampa.
- Em execução 4 subprojetos territoriais:
 - Incorporando a sustentabilidade ambiental na cadeia produtiva de Celulose no ES: floresta renovável aliada a conservação da biodiversidade.
 - “Economia da Floresta – Uma iniciativa demonstrativa na Resex Tapajós-Arapiuns”, em parceria com o Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental / Projeto Saúde e Alegria.
- Foram encerrados 2 subprojetos territoriais:
 - “Fomento da Economia Florestal (cacau cabruca, turismo, silvicultura tropical e PSA) no Litoral Sul da Bahia”, em parceria com o Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável.
 - “Saúde silvestre e inclusão digital: a participação de comunidades no monitoramento e na aplicação de boas práticas para o controle e prevenção de zoonoses emergentes”, em parceria com Fundação Oswaldo Cruz/FIOTEC.
- O Subprojeto “Fomento às Boas Práticas Pecuárias para a Conservação e Uso Sustentável dos Campos Nativos do Bioma Pampa – PROPEC PAMPA/FUNBIO”, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/RS) foi cancelado.

Durante o exercício de 2017 o Fundo de Oportunidades desembolsou o montante de R\$ 1,9 milhões nas iniciativas acima, totalizando R\$ 2,4 de execução. O Fundo apresenta um saldo a desembolsar de R\$ 5,7 milhões ao fim do ano fiscal.

12.7 Carteira Fauna Brasil

A Carteira de Conservação da Fauna e dos Recursos Pesqueiros Brasileiros - Carteira Fauna Brasil é um mecanismo financeiro que recebe recursos provenientes de sanções penais, multas administrativas ambientais, doações, patrocínios e outras fontes. Fruto de uma parceria com o Ibama, o ICMBio e o Ministério Público Federal, tem por objetivo financiar programas e projetos de conservação da fauna brasileira ameaçada de extinção.

No projeto Ararinha na Natureza, a Carteira Fauna apoiou o processo de criação de uma Unidade de Conservação na área de ocorrência da espécie, na Bahia, que foi desde os estudos socioambientais até a consulta pública. Em 2017 foram executados R\$ 0,5 milhão (2016: R\$ 0,3 milhão) e o saldo financeiro do projeto ao fim do exercício monta R\$ 0,1 milhão (2016: R\$ 0,6 milhão).

No projeto Sirênios, em 2017 foi executada a última parcela do recurso previsto para o projeto, com a aquisição de equipamentos e contratação de capacitação, no valor de R\$ 98 mil.

O Fundo Fauna apresenta um saldo de R\$ 0,6 milhão no fim do exercício de 2017 (2016: R\$ 0,5 milhão), tendo recebido durante este período R\$ 7 mil e gerado rendimentos da ordem de R\$ 53 mil.

Até 2017, a Carteira Fauna acompanhou ao todo a execução de 11 projetos de conservação da fauna brasileira ameaçada de extinção, como peixes recifais (budiões), tartarugas marinhas, mamíferos marinhos (dentre os quais toninha, baleia jubarte e peixe-boi), felinos de médio e grande porte da região norte de Rondônia, papagaio da cara roxa e ararinha-azul.

12.8 Compromisso pela Amazônia – ARPA para a Vida – Novas Fontes

O projeto ARPA para a Vida tem como objetivo criar e implementar uma nova estratégia de financiamento para o programa ARPA – Áreas Protegidas da Amazônia. O modelo combina os recursos já depositados no Fundo de Áreas Protegidas (FAP) com investimentos privados, bi e multilaterais criando um fundo de transição. Este fundo permitirá o aumento gradual dos recursos públicos nas UCs, em 25 anos, para atingir a sustentabilidade financeira do programa.

Lançado durante a Rio+20, a iniciativa reúne o WWF, o FUNBIO, o Linden Trust for Conservation, a Fundação Gordon e Betty Moore, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o ICMBio, com o apoio dos demais parceiros do ARPA.

As principais realizações, execuções e atividades efetuadas em 2017 foram:

Contratação dos estudos econômicos e institucional sobre oportunidades de financiamento através de mecanismos de fomento e do uso, alteração ou criação de tributos, isenções e contrapartidas fiscais vinculados à Zona Franca de Manaus, com vistas à sustentabilidade financeira das áreas protegidas do Estado do Amazonas.

Aditivo de prazo para conclusão da consultoria contratada

Principais desafios para 2018:

Relatório com a identificação e apresentação das metodologias (valores aplicados) do sistema tributário da Zona Franca de Manaus.

Relatório com a identificação das possibilidades de direcionamentos dos recursos originários da Zona Franca de Manaus para a conservação.

Relatório com a identificação, descrição e detalhamento, por meio de texto explicativo, sobre como operam os tributos e as isenções federais, estaduais e municipais sobre concessão dentro da Zona Franca de Manaus, devendo ser destacadas as eventuais possibilidades de acumulação de créditos tributários.

Nos exercícios de 2017 e de 2016 não foram recebidos recursos e foram executados R\$ 28 mil em 2017(2016: R\$ 21 mil) considerando as parcelas de reembolso da equipe do Funbio.

O saldo de R\$ 95 mil foi transferido para o projeto Compensação Ambiental Federal na Amazônia (CAF Amazônia), assim zerando o saldo do projeto.

12.9 GEF Nutrição - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para a Melhoria da Nutrição e Bem Estar Humano

O Projeto atua na promoção de espécies nativas com alto valor nutricional, mas desconhecidas ou pouco utilizadas por questões culturais, na dieta cotidiana brasileira. Além de promover o conhecimento científico sobre estas espécies, o projeto foca na disseminação de informação e em políticas públicas para compra de alimentos, preço mínimo e introdução de produtos da biodiversidade brasileira na merenda escolar e em programas de alimentação do governo.

Este projeto, em parceria com a Bioversity International e com financiamento do Global Environmental Facility (GEF) por meio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), teve início na segunda metade do ano de 2012. Cabe ao FUNBIO a administração dos recursos do projeto no Brasil.

Em 2017 as seguintes atividades e resultados foram alcançados pelo Projeto:

- A análise laboratorial da composição dos alimentos está sendo concluída, os dados já disponíveis estão atualmente em revisão;
- Uma versão preliminar do banco de dados SiBBr foi lançada durante o Simpósio BFN em novembro de 2017 (<https://ferramentas.sibbr.gov.br/ficha/bin/view/FN>). Os ajustes finais e a inclusão de dados estão sendo feitos e serão concluídos em março de 2018;
- As primeiras 3 lições do curso on-line foram lançadas em inglês e português durante o Simpósio da BFN no Brasil. As 4 aulas restantes estão sendo finalizadas;
- O desenvolvimento de receitas para o livro de receitas foi concluído, o livro está sendo finalizado;
- Parceiros da UFG desenvolveram em 2017 um folheto para orientar as comunidades rurais sobre a identificação, gestão e utilização das espécies priorizadas para a região Centro-Oeste;
- Foi contratada uma agência de assessoria de comunicação para expandir e divulgar mensagens sobre o Projeto BFN, o Simpósio BFN e os materiais e ferramentas produzidos pelo projeto. No período de relatório, foram publicados 34 artigos e entrevistas em 73 canais sobre o Projeto BFN e o Simpósio Internacional (ANEXO 3) e uma página do Facebook foi criada;
- PNAE incorporou espécies nativas priorizadas pela BFN na 4ª capa dos livros didáticos distribuídos a todas as escolas públicas de ensino médio no Brasil;
- O Simpósio Internacional sobre Biodiversidade para Alimentação e Nutrição, organizado pela BFN Brasil, foi realizado em Brasília nos dias 27 e 28 de novembro de 2017, com participação e apresentações de todos os parceiros nacionais (Ministérios, Universidades e Institutos de Pesquisa), GPMU, FAO, ONU Ambiente, Quênia, Sri Lanka e Turquia. Os principais produtos legados desenvolvidos no Brasil foram exibidos: Banco de Dados de Composição de Alimentos e Receitas, Plantas para o Futuro Livros, Livro de Receitas e Curso Online.

Durante o exercício de 2017, o projeto internalizou R\$ 0,7 milhões e executou R\$ 1,2 milhões.

12.10 Fundo Paiter Surui

O Fundo Paiter Surui é um mecanismo financeiro voltado para implantar o Plano de Gestão da Terra Indígena Sete de Setembro, segundo princípios de boa governança e transparência, com a participação ativa dos conselhos representativos indígenas nas decisões.

Foi idealizado pela Associação Indígena Metareilá, com apoio do Funbio, e teve como parceiros a equipe de Conservação da Amazônia (Ecam), a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam) e a Forest Trends.

Os recursos financeiros obtidos pela venda dos créditos de carbono e os provenientes de outras fontes serão parte integrantes do Fundo Paiter Surui, que tem o FUNBIO como responsável pelo seu desenho e por sua gestão financeira.

Os índios Surui lutam pela conservação de seus recursos naturais, e na última década, liderados por Almir Surui, elaboraram um plano estratégico de 50 anos para a conservação, a proteção e a sustentabilidade de suas terras. Para financiar este plano, desenvolveram um projeto de carbono de REDD+ e um fundo para receber os recursos financeiros obtidos pela venda dos créditos de carbono, além de recursos de outras fontes. O FUNBIO desenhou e faz a gestão do fundo que financia projetos propostos pelas associações do povo Surui.

No final de 2016, o Funbio acordou o repasse à Associação Indígena Metareilá o total dos recursos, assim como sua gestão financeira. Um passo previsto já na concepção do fundo: terminada a fase de cooperação técnica, em que uma instituição não indígena exerceria tal função, os recursos e a gestão financeira deveriam ser transferidos a uma associação indígena Surui. Em 2017 foi efetuada a transferência por meio de contrato firmado entre o Funbio e a Metareilá no valor de R\$ 0,6 milhões, assim finalizando o projeto.

12.11 Projeto Áreas Marinhas Protegidas - GEF MAR

O Projeto tem por objetivo apoiar a criação e implementação de um sistema representativo e efetivo de áreas marinhas e costeiras protegidas (AMCPs) para reduzir a perda de biodiversidade. Trata-se de um plano de ação amplo, em que várias agendas podem ser integradas em prol da conservação marinha e costeira. Essa é uma iniciativa do FUNBIO em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), ICMBio, Ministério de Minas e Energia (MME/Petrobras), financiado pelo Global Environment Facility (GEF) via Banco Mundial. A meta principal é a criação e a consolidação de 120 mil km² de áreas marinhas protegidas. Com isso, o percentual de áreas protegidas no Brasil passará de 1,5% para 5%.

O GEF Mar tem o valor total de cerca de US\$ 116 milhões, contando com um investimento do GEF de US\$ 18,2 milhões, US\$ 20 milhões da Petrobras e contrapartidas da própria empresa em bens e serviços economicamente mensuráveis, que chegam a US\$ 70 milhões adicionais. O projeto conta ainda com contrapartidas do MMA e ICMBio.

Este projeto é um exemplo do envolvimento do setor privado e do comprometimento governamental na conservação da biodiversidade marinha, sendo considerado pelo Banco Mundial como um modelo para o Global Partnership for Oceans (GPO), uma aliança crescente de mais de 100 governos, organizações internacionais, setor privado e grupos da sociedade civil, incluindo o FUNBIO, comprometidos com a conservação dos oceanos.

No início de 2014, foi realizada a primeira oficina para avaliação das demandas das Unidades de Conservação (UCs) e centros de pesquisa, visando subsidiar a elaboração dos planos operacionais anuais que detalham as atividades e recursos necessários para a implementação do projeto.

As negociações referentes aos termos do contrato, condições de desembolso, e detalhamento do projeto foram conduzidas pelo Banco Mundial com o envolvimento de todos os parceiros, e ainda em 2014 foram assinados o Acordo de Doação entre o FUNBIO e o Banco Mundial, bem como, os Acordos de Cooperação Técnica entre o FUNBIO e o MMA, e entre o FUNBIO e o ICMBio, que permitiram que o projeto entrasse em efetividade antes da virada do ano, sendo que não houve recebimento de recursos até o fim do exercício de 2014.

Em 2015 foram recebidos os primeiros recursos para o projeto, R\$ 3,6 milhões e executados R\$ 908 mil.

Em 2016 Foram recebidos R\$ 3,1 milhões em aportes ao projeto e executados R\$ 3,3 milhões, com a realização das seguintes atividades:

- Manutenção do GT do Componente 2 (Sustentabilidade Financeira) do Projeto;
- Oficina para revisão do planejamento de atividades e capacitação em procedimentos operacionais, envolvendo os gestores de todas as unidades executoras do Projeto (ICMBio) e MMA;
- 3ª e 4ª Missões de Supervisão do Projeto (Parque Nacional da Lagoa do Peixe, Parque Nacional Marinho e Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha);
- Apoio a projetos de participação comunitária;
- Reuniões ordinárias de Coordenação do Projeto, com MMA, ICMBio e Banco Mundial;
- Entrega dos primeiros lotes de bens comprados pelo FUNBIO para o Projeto;
- Continuidade de negociações com Petrobras pelo MMA;
- Componente 2: início do mapeamento de fontes de recursos e apoio ao modelo de custos;
- Implementação de mecanismos de execução inovadores, como compras e contratações locais e cartões combustível, de alimentação e refeição e contratos guarda-chuvas para demandas recorrentes.

Em 2017 foram recebidos R\$ 9,2 milhões em aportes ao projeto e executados R\$ 8 milhões, com a realização das seguintes atividades:

- Manutenção do GT do Componente 2 (Sustentabilidade Financeira) do Projeto e realização de atividades previstas em seu PO;
- Oficina para planejamento de atividades e capacitação em procedimentos operacionais para os anos de 2017 e 2018, envolvendo os gestores de todas as unidades executoras do Projeto (ICMBio e representantes de 06 Estados) e MMA;
- 5ª e 6ª Missões de Supervisão do Projeto (Parque Nacional Marinho de Abrolhos e Brasília);
- Apoio a projetos de participação comunitária;
- Reuniões ordinárias de Coordenação do Projeto, com MMA, ICMBio e Banco Mundial;
- Entrega de lotes de bens comprados pelo FUNBIO para o Projeto, contratação de consultorias e serviços, atendendo a demanda dos órgãos executores;
- Continuidade de negociações com Petrobras pelo MMA;
- Execução de recursos via compras e contratações locais, cartões combustível, de alimentação e refeição e contratos guarda-chuvas para demandas recorrentes.

12.12 Projeto K - “KNOWLEDGE FOR ACTION”

O Projeto tem como objetivo fortalecer os fundos em sua operação e no uso de mecanismos financeiros inovadores que reduzam esta dependência e diversifiquem as entradas de recursos. Além de oficinas de capacitação com diferentes temas e mentorias em pares de fundos ambientais, o projeto cofinanciará a implementação de mecanismos financeiros inovadores por meio de uma chamada de propostas dirigida aos fundos ambientais da América Latina e Caribe (RedLAC) e do Consórcio de Fundos Africanos (CAFÉ). A iniciativa conta com recursos da ordem de EUR 1,6 milhões + US\$ 0,9 milhões garantidos pelo FFEM, a Fundação Mava e o GEF.

Principais resultados alcançados em 2017:

- Financiamento de 6 pilotos de mecanismos financeiros inovadores no Brasil, Peru, Costa Rica, Malawi, Camarões e Moçambique;
- Apoio a atividades de mentoria entre 6 pares 1 grupo de Fundos (RedLAC e CAFÉ);
- Realização de 1 oficinas de capacitação na Mauritania;
- Estruturação do GT que definirá a estratégia de sustentabilidade financeira das redes RedLAC e CAFÉ no futuro;
- Comunicação do projeto na Conferência Internacional sobre Conservação (IUCN Havaí) e nas assembleias da RedLAC (Brasil) e CAFÉ (Malawi).

Desafios para 2018

- Sistematização dos estudos de caso dos pilotos dos mecanismos financeiros apoiados;
- Sistematização dos estudos de caso das experiências de mentorias apoiadas;
- Definição e implementação da estratégia de sustentabilidade financeira das redes RedLAC e CAFÉ;
- Estruturação de um GT para discutir o tema de Monitoramento e Avaliação no âmbito dos Fundos e das redes;
- Atualização do estudo das redes e aplicação do sistema de indicadores nos níveis de Fundos, redes e impactos;
- Finalização do projeto.

Em 2017 o projeto executou recursos da ordem de R\$ 2,7 milhões (2016: R\$ 1,8 milhões) e apresentava saldo financeiro na rubrica de recursos do projeto de R\$ 1,4 milhões no fim do exercício de 2017 (2016: R\$ 2 milhões).

12.13 Projeto Moore Sustentabilidade

O objetivo do projeto é a sustentabilidade financeira das áreas protegidas da Amazônia, incluindo as zonas do ARPA, aprimorada por meio da consolidação de mecanismos de compensação e fontes de financiamento alternativas para quatro estados prioritários na Amazônia brasileira (Amapá, Pará, Rondônia e Amazonas) e Governo Federal. O Projeto parte de uma doação de US\$ 700 mil da Gordon & Betty Moore Foundation e Linden Trust for Conservation;

As principais realizações, execuções e atividades efetuadas em 2017 foram:

- Dois eventos dos diálogos sustentáveis, englobando uma diversidade de fontes: compensação ambiental, termo de ajustamento de conduta, concessão florestal, uso público e financiamento bi e multilateral realizados (Manaus e Brasília) em parceria com a Abrampa, a Coalizão Pró-UC e MMA;
- Capacitação da equipe do FUNBIO em direito tributário, com foco em créditos tributários advindos de acúmulo na cadeia produtiva;
- Desenho de estratégias para crédito tributário;
- Estabelecimento do Grupo de Trabalho sobre Financiamento da Conservação na Coalizão Pró-UC, liderado pelo FUNBIO;
- Estabelecimento de parceria com a Abrampa para discutir obrigações legais como instrumento de financiamento da conservação;
- Criação e desenvolvimento de dois grupos, técnico e de aconselhamento, para debate sobre diretrizes para a execução da compensação ambiental;
- Publicação de brochura “Compensação ambiental: diretrizes e recomendações para a sua execução”;
- Remanejamento do componente destinado para os estudos sobre ao mecanismo de compensação com o Governo Federal para um projeto específico, denominado “Compensação Ambiental Federal (CAF)”.

Em 2017 foram executados R\$ 0,2 milhão em recursos do projeto (2016: R\$ 0,2 milhão) e não houve entrada de recursos em 2017 (2016: R\$ 0,6 milhão).

O saldo de R\$ 0,2 milhão foi transferido para o projeto Compensação Ambiental Federal na Amazônia (CAF Amazônia), assim zerando o saldo do projeto.

Principais desafios para 2018:

- Aprovar a estratégia desenvolvida para créditos tributários;
- Ampliar o debate sobre “Inovação e estratégias de financiamento para a conservação” no GT de Sustentabilidade da Coalizão Pró-UC;
- Elaborar textos sobre as fontes de financiamento abordadas nos diálogos sustentáveis;
- Em RO e PA replicar o modelo que está sendo desenvolvido em âmbito federal;
- Capitalizar o fundo do Amapá.

12.14 Termo de Execução de TAC – Chevron do Brasil

A celebração do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC pela empresa Chevron Brasil e o Ministério Público Federal, com a interveniência da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) deu origem a oito projetos, no montante de R\$ 95 milhões, voltados para a conservação do ambiente marinho-costeiro nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo. São eles:

a) Conservação da Toninha na Área de Manejo I (Franciscana Management Area I – FMA I)

O primeiro projeto visa promover a conservação da toninha através da geração de conhecimento sobre a biologia, a ecologia e a viabilidade populacional da espécie na Área de Manejo I (FMA I) e da disseminação do conhecimento adquirido, por meio da viabilização de estudos que embasem técnica e cientificamente as ações propostas para o PAN da toninha. O enfoque é em três metas do Plano de Gestão da Toninha: apoio a ações que contribuam para a geração de subsídios para a avaliação da viabilidade populacional na Área de Manejo I (FMA I) (Meta 1); proposição e implementação de medidas de ordenamento pesqueiro para pesca de emalhe, adequadas à conservação da toninha (Meta 2); e o aumento do conhecimento biológico e ecológico da toninha (Meta 6).

No ano de 2017 o projeto organizou reuniões da Câmara Técnica, composta por especialistas, incluindo representantes do governo, e lançou uma Chamada de Projetos, que resultou na seleção de dois subprojetos de pesquisa, abrangendo a Área de Manejo III (FMA III). Foi organizada a capacitação dos responsáveis pelos subprojetos e dado início ao apoio efetivo, mediante repasse de recursos a um deles. Além disso, foi iniciada a atividade de monitoramento, a fim de verificar *in loco* o andamento de cada subprojeto apoiado. Até o final do ano foram visitados 2 subprojetos. Ainda em 2017, foram iniciadas as atividades voltadas para a campanha de comunicação do projeto, com a contratação de um fotógrafo para captar imagens da espécie no seu ambiente natural.

Em 2017 o projeto recebeu recursos da ordem de R\$ 6,1 milhões e executou R\$ 3,5 milhões (2016 – R\$ 0,7 milhões). Uma parcela do contrato no valor de R\$ 1,08 milhões foi depositada em conta do FUNBIO relativa a outro projeto – FMA TAC, vide item 12.2 acima – lançamento este transferido para este projeto logo após a data-base do encerramento do exercício fiscal, 31/12/2016.

b) Projeto de Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira no Rio de Janeiro

O segundo projeto tem como objetivo promover a geração e disseminação de conhecimento científico sobre a biologia, a ecologia e a dinâmica populacional de espécies-alvo da pesca; o status dos estoques pesqueiros; o desembarque pesqueiro; e aspectos nutricionais de espécies-alvo, visando subsidiar o uso sustentável dos recursos pesqueiros no estado do Rio de Janeiro, bem como contribuir para a recuperação e uso sustentável da sardinha- verdadeira por meio da viabilização de ações propostas no Plano de Gestão dessa espécie enfocando o estado do Rio de Janeiro.

Em 2017 foi dada continuidade ao apoio dos 15 subprojetos de pesquisa, mediante repasse de recursos. Além disso, foi iniciada a atividade de monitoramento, a fim de verificar *in loco* o andamento de cada subprojeto apoiado. Até o final do ano foram visitados 6 subprojetos.

Em 2017 o projeto recebeu recursos da ordem de R\$ 11,3 milhões e executou R\$ 8,9 milhões (2016 – R\$ 3,7 milhões).

c) Implantação de um Centro de Reabilitação de Animais Silvestres – CRAS – no Estado do Rio de Janeiro

O projeto Implantação de um Centro de Reabilitação de Animais Silvestres – CRAS – no Estado do Rio de Janeiro visa contribuir para a proteção da fauna silvestre marinha e costeira no estado do Rio de Janeiro por meio de: (i) recebimento, tratamento e destinação (incluindo soltura) rotineiros de animais silvestres resgatados; (ii) disponibilidade de instalações planejadas para o atendimento à fauna impactada por emergências ambientais; (iii) avanços no conhecimento dos efeitos do óleo e do catifeiro sobre a fauna marinha e costeira; e (iv) aperfeiçoamento de profissionais nas áreas de Medicina e Conservação de Fauna Silvestre, mediante a avaliação e modificação de protocolos de resposta, desenvolvimento de novas terapias e monitoramento de sobrevivência pós-soltura.

Em 2017 foi criada uma Câmara Técnica, formada por especialistas no tema, e lançada uma Chamada para Manifestação de Interesse, onde ao final do processo, foi selecionada uma instituição, a qual seria responsável pelo funcionamento e manutenção da estrutura do CRAS. Após questionamentos por parte do Ministério Público Federal com relação ao processo de seleção e escolha do vencedor, o Funbio optou por cancelar a Chamada. Novas reuniões com a Câmara Técnica estão previstas para serem realizadas em 2018, onde será definida a continuidade do projeto.

Em 2017 o projeto recebeu recursos da ordem de R\$ 1,6 milhões e executou R\$ 0,2 milhão (2016 – R\$ 0,1 milhão).

d) Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas Unidades de Conservação Federais Costeiras e Estuarinas do Estado do Rio de Janeiro

O projeto de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas Unidades de Conservação Federais Costeiras tem como objetivo promover a conservação da biodiversidade na zona costeira e marinha do estado do Rio de Janeiro, bem como o uso sustentável dos recursos pesqueiros e o fortalecimento da pesca artesanal, por meio do fortalecimento e apoio a conservação e uso sustentável da biodiversidade em Unidades de Conservação Federais costeiras e estuarinas do estado do Rio de Janeiro. Serão realizadas atividades que visem a consolidação e/ou implantação de cinco Unidades de Conservação costeiras e estuarinas no estado do Rio de Janeiro:

- (i) Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Arraial do Cabo, localizada no município de Arraial do Cabo, Região dos Lagos;
- (ii) Área de Proteção Ambiental (APA) Guapi-Mirim, localizada em parte dos municípios de Magé, Guapimirim, Itaboraí e São Gonçalo;
- (iii) Estação Ecológica (ESEC) da Guanabara, localizada nos municípios de Itaboraí e Guapimirim;
- (iv) Parque Nacional (PARNA) da Restinga de Jurubatiba, localizado nos municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã; e
- (v) Estação Ecológica (ESEC) Tamoios, entre os municípios de Angra dos Reis e Paraty.

Em 2017 foram iniciados os trâmites para a celebração de um Acordo de Cooperação Técnica entre Funbio e ICMBio, sem o qual não será possível dar início ao apoio às referidas Unidades de Conservação.

Em 2017 o projeto recebeu recursos da ordem de R\$ 3,6 milhões e executou R\$ 0,5 milhão (2016 – R\$ 0,5 milhão).

e) Implementação de Projetos de Educação Ambiental e Geração de Renda para as Comunidades Pesqueiras

O projeto Implementação de Projetos de Educação Ambiental e Geração de Renda para as Comunidades Pesqueiras tem o objetivo de promover a conservação da biodiversidade na zona costeira e marinha do estado do Rio de Janeiro; o uso sustentável dos recursos pesqueiros no estado e o fortalecimento da pesca artesanal como estratégia de longo prazo para contribuir para a sustentabilidade ambiental, social e econômica da atividade, por meio da implementação de projetos de educação ambiental e geração de renda.

Em 2017 foi lançado um Termo de Referência para a contratação de uma empresa de consultoria, a qual será responsável por consolidar informações, de forma a identificar lacunas e potencialidades, dos Projetos de Educação Ambiental PEAs e Planos de Compensação da Atividade Pesqueira PCAPs, e formatar chamadas para seleção de projetos de educação ambiental com ênfase na geração de trabalho e renda para comunidades pesqueiras artesanais nos municípios litorâneos do Norte Fluminense, da Região dos Lagos e do entorno da Baía de Guanabara. Esta é a etapa inicial para a continuidade das atividades previstas pelo projeto.

Em 2017 o projeto recebeu recursos da ordem de R\$ 5,0 milhões e executou R\$ 0,5 milhão (2016 – R\$ 0,4 milhão).

f) Manutenção de um Centro de Reabilitação de Animais Silvestres – CRAS – no Estado do Rio de Janeiro

O projeto tem o objetivo de manter um Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS) no estado do Rio de Janeiro implantado com parte dos recursos do TAC, prevendo a aquisição de insumos alimentícios adequados, medicamentos humanos e veterinários, materiais ambulatoriais e laboratoriais, equipamentos para proteção individual, uniformes, pagamento de salários e apoio à capacitação de toda a equipe envolvida, visando o atendimento adequado em caso de emergências ambientais, em especial aquelas relacionadas a derramamentos de óleo. Este projeto terá início quando finalizar o projeto de implementação de um CRAS no estado do Rio de Janeiro.

g) Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade em cinco Unidades de Conservação Federais Costeiras e Estuarinas dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo

O projeto tem o objetivo de promover a conservação da biodiversidade na zona costeira e marinha dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como o uso sustentável dos recursos pesqueiros como estratégia de longo prazo para contribuir para a sustentabilidade ambiental, social e econômica da atividade, por meio do fortalecimento e apoio a conservação e uso sustentável da biodiversidade em cinco Unidades de Conservação Federais costeiras e estuarinas dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo:

- (i) Monumento Natural (MONA) das Cagarras;
- (ii) Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu;
- (iii) Parque Nacional (PARNA) da Serra da Bocaina;
- (iv) Estação Ecológica da Guanabara (ESEC); e
- (v) Estação Ecológica (ESEC) Tupinambás.

Em 2017 foram iniciados os trâmites para a celebração de um Acordo de Cooperação Técnica entre Funbio e ICMBio, sem o qual não será possível dar início ao apoio às referidas Unidades de Conservação.

Em 2017 o projeto recebeu recursos da ordem de R\$ 6,5 milhões e executou R\$ 0,6 milhões.

h) Implementação de projetos de educação ambiental voltados para a qualidade ambiental das comunidades pesqueiras do estado do Rio de Janeiro

O projeto tem por objetivo promover a conservação da biodiversidade na zona costeira e marinha do estado do Rio de Janeiro, o uso sustentável dos recursos pesqueiros no estado e o fortalecimento da pesca artesanal como estratégia de longo prazo para contribuir para a sustentabilidade ambiental, social e econômica da atividade, por meio da implementação de projetos de educação e melhoria da qualidade ambiental.

Em 2017 o projeto recebeu recursos da ordem de R\$ 3,2 milhões e executou R\$ 0,3 milhões.

12.15 Termo de Execução de TAC – Aerovale

O Projeto de Compensação Ambiental em Pecúnia para o Empreendimento da Aerovale no Município de Caçapava/SP é oriundo do Termo de Acordo Judicial Definitivo, firmado em 30 de novembro de 2015, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, C.E.A. - Centro Empresarial Aeroespacial Incorporadora Ltda. e Penido Construtora e Pavimentadora Ltda.

A execução do Projeto teve início em 2016, após a assinatura do contrato de colaboração financeira não reembolsável, celebrado entre a C.E.A., a Penido e o FUNBIO, em 25 de janeiro de 2016, no valor total de R\$ 1.141.040,90 (um milhão cento e quarenta e um mil quarenta reais e noventa centavos).

O Projeto apresenta três objetivos. O primeiro visa elaborar os Planos de Manejo de duas Unidades de Conservação (UCs) localizadas no Município de Caçapava, a Área de Proteção Ambiental da Serra do Palmital e o Refúgio da Vida Silvestre da Mata da Represa. O segundo contempla a reforma e adequação do canil e do gatil mantidos pela AMAIS – Associação Melhores Amigos dos Animais de Caçapava e o terceiro prevê a implantação do Centro de Controle de Zoonoses no Município de Caçapava.

Em 2017 foi dada continuidade ao financiamento para elaboração dos Planos de Manejo, com execução da ordem de R\$ 0,5 milhões (2016 – R\$ 0,1 milhão e recebimentos efetuados no montante de R\$ 0,2 milhão).

12.16 Projeto de Suporte e Apoio às atividades da R20 no Brasil

R 20 – Regions of Climate Action, é uma organização não governamental fundada em 2010 na Califórnia, Estados Unidos da América que firmou contrato de parceria com o FUNBIO cujo objeto é o apoio operacional para a gestão de recursos aportados pela e para a R20, consistindo em gerenciamento de recursos financeiros para viabilização de recebimentos e pagamentos dos recursos iniciais das atividades da R20 no Brasil.

No segundo ano da parceria foram recebidos R\$ 0,1 milhão e executadas prestações de contas no montante de R\$ 0,1 milhão (2016 – R\$ 0,5 milhão).

12.17 Amazônia Live – 1 Milhão de Árvores nas nascentes do Rio Xingu (Rock in Rio e ISA)

Iniciativa da Rock World S.A., promotora do evento Rock in Rio, o FUNBIO foi escalado para o gerenciamento financeiro de recursos oriundos de uma cooperação inicial de R\$ 3 milhões para o plantio de 1 milhão de árvores nas cabeceiras do Rio Xingu no Mato Grosso. A ação encontrou no Instituto Sócio Ambiental e na Rede de Sementes do Xingu os parceiros ideais para alcançar a meta proposta, através de uma técnica de plantio conhecida como “muvuca” que garante a variedade de espécies em um mesmo território.

Além da doação inicial, que acontecerá paulatinamente à medida da necessidade do plantio, o Rock in Rio, através do Projeto Amazônia Live empenha-se a levantar recursos através de doações voluntárias em sites com modelos de “crowdfunding”, doações de bens para leilões, doações de seus patrocinadores, sempre no sentido de ampliar a quantidade de árvores a serem plantadas.

Durante o exercício de 2017 o projeto recebeu no FUNBIO o montante de R\$ 2,0 milhões e desembolsou R\$ 1,5 milhões para assegurar a compra de sementes, manutenção das áreas plantadas em 2016 e plantio de novas áreas em 2017/2018, com execução total de R\$ 1,7 milhões (2016 – R\$ 0,5 milhões).

12.18 Mentoria FUNBIO - BioGuiné

Projeto financiado pelo componente de mentoria do Projeto K e teve como objetivo capacitar a Fundação BioGuiné (Guiné Bissau) no desenvolvimento de mecanismos financeiros e em processos administrativos financeiros voltados à conservação da biodiversidade. O FUNBIO foi o mentor da Fundação BioGuiné.

Em 2017 os resultados alcançados são relativos à capacitação da equipe da Fundação BioGuiné pelo FUNBIO em como desenhar mecanismos financeiros e como estruturar um manual operacional para sua implementação, realizada localmente em Guiné Bissau e antecedida da preparação do conteúdo. A capacitação contou com a participação de stakeholders como da agência de áreas protegidas e doadores. Em 2017 foi executado todo o saldo do projeto no montante de R\$ 86 mil (2016 R\$ 19 mil).

12.19 Mata Atlântica III

Projeto com recursos da ordem de EUR 7,9 milhões financiados pelo BMU (Ministério do Meio Ambiente da Alemanha) através do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW) que tem como objetivos: contribuir para a conservação da biodiversidade e a restauração ecológica na Mata Atlântica, com ênfase nos mosaicos de unidades de conservação selecionados, contribuindo para a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas neste bioma. Há previsão de contrapartidas ao projeto da ordem de EUR 6,4 milhões da Agência Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ) e EUR 4,0 milhões do Ministério do Meio Ambiente Brasileiro (MMA).

Em fins de 2017 foi realizado o segundo aporte ao projeto no valor de R\$ 1 milhão, e executou R\$ 0,5 milhão e as seguintes atividades foram realizadas:

- 10 novas solicitações de contratação de Consultoria PJ para: Elaboração de Planos Municipais da Mata Atlântica, inscrição e validação de inscrições no CAR, capacitação em Adaptação baseada em Ecossistemas, análise econômica da cadeia produtiva da recuperação da vegetação nativa, elaboração de estratégia de aumento da disponibilidade de financiamento para recuperação da vegetação nativa em larga escala, e para atualização das Áreas Prioritárias para conservação da biodiversidade na Mata Atlântica.
- Destas, a contratação para atualização das áreas prioritárias para conservação foi contratada e o trabalho iniciado.

A execução do projeto está condicionada a diversos fatores, tais como, a solicitação de demanda para o Funbio (até hoje foram solicitados apenas R\$4,9 milhões), clareza nos procedimentos elegíveis (a versão final do MOP ainda está pendente de aprovação), equívocos internos na gestão das demandas de compras. Em 2018 foram realizadas as ações corretivas necessárias (das 10 demandas recebidas, 1 está concluída, 6 estão em processo de compras e 3 aguardam não objeção e ou a aprovação do edital de pre-qualificação dos doadores).

12.20 Assembleia da Rede de Fundos Ambientais da América Latina e do Caribe – REDLAC – Brasil 2016

Do dia 1º a 4 de novembro de 2016 ocorreu em Brasília-DF a XVIII Assembleia RedLAC reunindo aproximadamente 40 Fundos Ambientais da Rede Latino Americana e do Caribe de Fundos ambientais e de países da África membros do Consórcio de Fundos Africanos (CAFE). O FUNBIO foi o anfitrião e organizador deste evento que envolveu aproximadamente 350 pessoas em 5 dias da Assembleia e de eventos paralelos.

A iniciativa teve o patrocínio e apoio das seguintes instituições: Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), Tropical Forest Conservation Act – TFCA, José Roberto Marinho, Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW), Oak Foundation – Oak Philantropy Ltd. E através da Cooperação Técnica Não-Reembolsável assinada pelo FUNBIO com o BID – Banco Interamericano para o Desenvolvimento, no âmbito Planejamento e Fortalecimento do Gestor do Fundo de Transição para o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) para a Vida.

Foram angariados entre doações e concessões a quantia de R\$ 491 mil, dos quais foram aplicados ao evento um montante de R\$ 508 mil, sendo R\$ 424 mil em 2016 e R\$ 84 mil em 2017, o projeto foi finalizado em 2017.

12.21 Projeto Apoio ao BIOFUND - Moçambique

O Projeto, em parceria com a GITEC, empresa de consultoria alemã e a ONG local Verde e Azul, teve como objetivo o apoio técnico para o fortalecimento da capacidade operacional do BIOFUND. O Funbio apoiou o BIOFUND na definição e implementação de procedimentos, elaboração e uso de ferramentas voltados ao financiamento das Áreas Protegidas de Moçambique. O projeto contou com recursos na ordem de USD 1 milhão do Banco de Desenvolvimento Alemão – KfW entre 2016 e 2017.

1. Principais resultados alcançados em 2017:

- Estruturação de procedimentos, definição de fluxos para os principais projetos executados pelo BIOFUND e aprovação de seu Manual Operacional e anexos (Manual de Seleção e Manual de Desembolso);
- Apoio à realização do 1º treinamento em procedimentos do BIOFUND aos pontos focais financeiros das áreas de conservação de Moçambique;
- Mapeamento de processos para a melhoria dos procedimentos de execução de projetos;
- Elaboração de ferramenta para dimensionamento de esforço e de equipe para a gestão de portfólio de projetos, como insumo para planejamento estratégico.
- Finalização do projeto.

Em 2017 foi assinado novo contrato com a GITEC para uma segunda fase do projeto, visando a continuidade do apoio técnico para aumentar a qualidade do desempenho institucional do BIOFUND frente aos novos desafios que surgem. O Funbio seguirá apoiando na definição e implementação e melhoria contínua de procedimentos, elaboração e uso de ferramentas voltados ao financiamento das Áreas Protegidas de Moçambique. O

projeto conta com recursos na ordem de USD 400 mil do Banco de Desenvolvimento Alemão – KfW a serem executados no primeiro semestre de 2018.

Para 2018 temos como desafios.

- Mapeamento de processos, definição de fluxos e recomendações de melhoria das atividades no âmbito administrativo-financeiro do BIOFUND;
- Estruturação de procedimentos e fluxos e ferramentas para o monitoramento do desempenho institucional e dos projetos executados pelo BIOFUND;
- Elaboração de uma política e de um manual de monitoramento do BIOFUND.

Em 2017 o projeto recebeu R\$ 0,1 milhão e executou no âmbito da primeira fase R\$ 0,1 milhão (2016 R\$ 55 mil).

12.22 Cop Cancun 13

De 4 a 17 de dezembro de 2016 aconteceu a Conferência das Partes (COP) da Conservação da Diversidade Biológica (CDB), em Cancun - México. O FUNBIO atuou como angariador das contribuições e organizador do Stand Brasil, espaço de representação do Brasil no evento.

Os apoiadores que contribuíram para esta iniciativa foram: Embaixada da República Federativa da Alemanha/GIZ, WWF-Brasil, O Boticário, Votorantin Industrial, e Conservation International do Brasil – CI.

Entre doações e concessões foi recebido a quantia de R\$ 0,2 milhões, dos quais foram aplicados ao evento um montante de R\$ 0,1 milhão, sendo R\$ 0,1 milhão em 2016 e R\$ 51 mil em 2017. Foi transferido para a Conservation International do Brasil – CI o valor de R\$ 68 mil conforme anuência dos patrocinadores e foi encerrado em março de 2017.

12.23 Compensação Ambiental Federal na Amazônia – CAF Amazônia

O objetivo do projeto é auxiliar o ICMBio na criação e implementação de ferramentas e processos para otimizar o uso dos recursos de compensação ambiental federal, com foco nas áreas protegidas do bioma Amazônia. Para sua implementação, o Funbio conta com recursos da Fundação Gordon and Betty Moore, além de contrapartida do programa Arpa e do próprio ICMBio, totalizando um valor de UDS 1.017.111.

Como o projeto teve seu contrato assinado em setembro/17, poucos resultados foram alcançados até a finalização do ano, correspondendo basicamente aos alinhamentos realizados com o ICMBio e Fundação Gordon Betty Moore quanto ao escopo do projeto, que sofreu pequenas alterações devido à recentes mudanças na legislação da compensação ambiental federal.

Em 2017 recebemos o total de R\$ 1,6 milhões, destes R\$ 269 mil são oriundos do projeto Moore Sustentabilidade e R\$ 95 mil do projeto Compromisso pela Amazônia – ARPA para a Vida – Novas Fontes e o R\$ 1,6 milhões recursos novos aportados pela Fundação Gordon and Betty Moore.

No decorrer de 2017 tivemos a execução de R\$ 0,5 milhão considerando as parcelas de reembolso da equipe do Funbio.

12.24 Inovação Florestal

O projeto de Inovação Florestal corresponde a segunda fase do projeto intitulado “Inovação SVA”, onde o Funbio foi selecionado pelo Projeto K para receber USD 200 mil no intuito de desenhar um mecanismo financeiro para o desenvolvimento socioeconômico de territórios no entorno de grandes empreendimentos com base em suas potencialidades locais. O piloto da iniciativa ocorre no norte do estado de Rondônia, que possui forte vocação florestal, na área de influência da UHE Jirau.

O projeto requer uma contrapartida de 1:1 e por isso o Funbio, em conjunto com o principal parceiro do projeto, a empresa Engie, tem cumprido a demonstração desse recurso nas duas prestações de contas realizadas ao longo de 2017.

Em 2017 foram realizadas uma série de entrevistas e contatos com stakeholders (com experiência no setor florestal) do território e de fora dele, além da realização de eventos locais para comunicação do projeto, engajamento e coleta de informações. O projeto também foi exposto em fóruns internacionais e nacionais. Esses contatos permitiram que se estabelecesse parcerias estratégicas com o setor privado, público, academia e terceiro setor. O projeto ainda desenvolveu uma proposta para captação de recursos adicionais, contratou uma consultoria de manejo madeireiro e não madeireiro e iniciou o desenho do mecanismo financeiro.

Em 2017 foi executado R\$ 0,3 milhão, restando saldo em conta de R\$ 3 mil.

12.25 Acordo de Cooperação entre Funbio e MMA – Probio II

O Acordo foi concebido para viabilizar o uso de recursos financeiros remanescentes do Projeto de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade (Probio II – TF 91515). Esses recursos são provenientes de rendimento financeiro da doação do GEF e mediante acordo efetuado entre a Caixa Econômica Federal, o Banco Mundial e o FUNBIO.

Foram transferidos para o Funbio, em 31/01/2017, R\$ 0,6 milhão, para serem aplicados nas seguintes atividades:

- Promover ações relacionadas à atualização das áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira para o bioma Pampa, e
- Difusão de informações sobre a biodiversidade brasileira por meio da digitalização e disponibilização on-line de obras raras essenciais em biodiversidade das bibliotecas brasileiras

Durante o exercício de 2017:

- Foi contratado o serviço de consultoria para a atualização das áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira para o bioma Pampa;

- Finalizada a atividade para difusão de informações sobre a biodiversidade brasileira por meio da digitalização e disponibilização on-line de obras raras essenciais em biodiversidade das bibliotecas brasileiras.

Em 2017 foram executados R\$ 0,1 milhão.

12.26 Publicação UCs estaduais do Amazonas

Em 2012 o Funbio, em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas, recebeu apoio financeiro da Gordon and Betty Moore Foundation e do Programa Arpa para a realização de um diagnóstico financeiro e de uma estratégia de financiamento para o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) do Estado do Amazonas (esse diagnóstico foi parte de um projeto mais amplo, chamado de Moore Amazonas). No final de 2016, o WWF-Brasil e o Funbio firmaram um contrato de parceria técnico-financeira em que o Funbio receberá R\$ 63.000,00 (Sessenta e três mil reais) para a atualização das informações e produção de uma publicação sobre o ambiente e estratégia de financiamento do SEUC.

As principais realizações, execuções e atividades efetuadas em 2017 foram:

- Mapeamento da demanda financeira das UCs e atualização da modelagem de custo;
- Mapeamento da oferta financeira de curto prazo;
- Realização de Oficina em Manaus com diferentes stakeholders para obter informações sobre a oferta financeira e as estratégias financeiras de longo prazo;

Principais desafios para 2018:

- Comunicação com SEMA/AM uma vez que houve recente mudança de governo, que o governo atual é transitório (mudança em 2018) e eleições;
- Eleições 2018 – possibilidade de mudança de governo;
- Definir as estratégias financeiras para as UCs estaduais do Amazonas;
- Desenvolver publicação (conteúdo final, design e impressão).

Em 2017 foram executados R\$ 19 mil em recursos do projeto e recebidos R\$ 19 mil.

12.27 Fundo Amapá

O Fundo Amapá foi desenhado pelo FUNBIO com apoio da Fundação Gordon e Betty Moore e CI-Brasil, e em estreita articulação com a equipe da Secretaria de Meio Ambiente do Amapá para destinar recursos para a manutenção das áreas protegidas de biodiversidade do estado. Lançado em 2015, tem aporte inicial de US\$ 2,5 milhões doados pela Global Conservation Fund (GCF), da Conservation International e contrapartida estadual de R\$ 1 milhão.

O mecanismo prevê a captação de recursos de fontes diversificadas como TACs, doações e pagamentos por serviços ambientais. O objetivo é dar agilidade à execução e flexibilidade para a alocação de recursos nas áreas protegidas, de forma que atenda às reais necessidades das Unidades de Conservação (UCs) do estado mais preservado do Brasil.

O FUNBIO assegura a contratação de gestora de ativos profissional para cumprimento da política de investimentos proposta pelo fundo. O primeiro aporte ocorreu no ano de 2016, no valor de R\$ 8,1 milhões. O recurso está aplicado e o projeto em fase de revisão do manual de operação e de sua estrutura de governança, além de necessidade de realinhamento devido às alterações na equipe.

12.28 Fundo Bahia e Espírito Santo – Atlantic Forest Protected Areas Fund (AFPA Fund)

O AFPA Fund, também conhecido como “Fundo Bahia” foi desenhado pelo FUNBIO com apoio da Fundação Gordon e Betty Moore e CI-Brasil, e em estreita articulação com a equipe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para destinar recursos para a garantir a viabilidade e sustentabilidade de 29 áreas protegidas de biodiversidade localizadas nos Estados da Bahia e do Espírito Santo. Lançado em 2016, tem aporte inicial de US\$ 2,1 milhões doados pelo Global Conservation Fund (GCF), da Conservation International.

O FUNBIO assegura a contratação de gestora de ativos profissional para cumprimento da política de investimentos proposta pelo fundo. O primeiro aporte ocorreu no ano de 2016, no valor de R\$ 6,9 milhões. O recurso está aplicado e, atualmente, o manual de operação, sua estrutura de governança e formato de execução estão em processo de revisão.

13. Agência GEF

O Fundo Mundial para a Natureza (GEF) criado em 1991 como um desdobramento da Convenção da Diversidade Biológica assinada na Rio-92, teve uma fase piloto como um programa do Banco Mundial e em 1994 passa a ser independente.

Os fundos do GEF estão disponíveis para países em desenvolvimento e países com economias em transição para cumprir os objetivos das convenções e acordos ambientais internacionais. Os Fundos do GEF são repassados através das Agências acreditadas pelo GEF.

O FUNBIO, que já executava projetos implementados por outras agências, tais como: Banco Mundial e FAO, é a única agência nacional no Brasil acreditada pelo GEF e uma das três em todo o mundo.

A Agência GEF é uma área do Funbio, que tem como objetivo mobilizar recursos diretamente do *Global Environment Facility* (GEF), capacidade permitida ao Funbio após um processo de acreditação neste Fundo que se encerrou em 2015.

A criação da Agência GEF no FUNBIO permite apoiar instituições interessadas, principalmente os Ministérios do Meio Ambiente e da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, na elaboração e adequação de projetos a serem submetidos ao GEF.

Cada projeto ao ser aprovado recebe recursos para o *Fund Project* (recursos destinados ao projeto a ser implementado) e para *Agency FEE* (recursos da agência implementadora) inicialmente para a preparação de projetos e depois de aprovado recebe recursos para a implementação propriamente dita.

Em 2016 o FUNBIO submeteu duas propostas de projeto ao GEF, totalizando cerca de USD 20 milhões.

Projetos submetidos	Parceiros	Bioma
Projeto Pro-Espécies	MMA, IBAMA, ICMBio e UICN	Todo o Brasil
Projeto de Monitoramento de Mudanças de Uso de Solo (LULUCF)	MCTIC, INPE	Todo o Brasil

Em outubro de 2016, o GEF cortou o orçamento destinado aos países e conseqüentemente o Brasil teve que priorizar os projetos que já haviam sido submetidos e o projeto de Monitoramento do Uso do Solo foi descartado até 2018. Dessa forma, a área trabalha atualmente com apenas um projeto relacionado as espécies ameaçadas de extinção no Brasil.

O Projeto Pró-Espécies, que visa melhorar o status de conservação de 290 espécies ameaçadas de extinção e que não ocorrem em Unidades de Conservação ou Terras Indígenas, foi aprovado pelo Conselho do GEF na reunião de abril de 2016. A partir daí o Funbio recebeu recursos para o detalhamento do projeto para uma versão completa e contratou a UICN para, junto com o MMA, fazer esse detalhamento.

Em 2017 o Funbio submeteu o projeto completo para o Secretariado do GEF, que o aprovou em 20 de julho de 2017. A partir desta data o trabalho se voltou para o planejamento detalhado do projeto, incluindo a elaboração do Manual Operacional do Projeto, do contrato padrão que será utilizado em projetos GEF e o trabalho de identificação da instituição que irá executar o projeto. Estima-se que no começo do segundo trimestre de 2018 o projeto se inicie de fato. Este será o primeiro projeto da Agência GEF no Funbio a passar por todo o ciclo de aprovação do GEF e iniciar os processos de implementação de fato.

Além deste trabalho a área também é responsável pela acreditação em outro fundo multilateral, o *Green Climate Fund*.

Projeto Preparatório Pró Espécies

Em 24 de agosto de 2016 foi assinado um contrato de apoio financeiro para a preparação do documento de avaliação de projeto “Estratégia Nacional para Conversação de Espécies Ameaçadas – Pró Espécies”, para aplicação ao conselho do *Global Environment Facility* – GEF, entre o Funbio e a Associação UICN, com vigência de 9 meses e valor de R\$ 800, sendo repassado em 2016 o valor de R\$ 400. No ano de 2017, foi assinado um Termo Aditivo prorrogando a vigência em 5 meses, bem como adicionando R\$ 147 ao valor do contrato, sendo repassado o valor de R\$ 400 e prestado contas no valor de R\$ 328.

A UICN é uma organização ambientalista, fundada em 1948 e no Brasil, tem status de organização não governamental desde 2010. Sua atuação está voltada à aplicação do Programa Global da UICN no Brasil, envolvendo variados temas de trabalho, a exemplo de: governança, políticas e legislação ambientais, áreas protegidas, espécies e ecossistemas ameaçados, ecologia e planejamento da paisagem, restauração ecológica, mudanças climáticas, serviços ecossistêmicos.

O Projeto visa a preparação do Projeto Pró Espécies consubstanciada no apoio ao Ministério do Meio Ambiente na elaboração do Documento de Projeto Prós Espécies, com aporte técnico, suporte administrativo para realização de reuniões e workshops, articulação de atores chave para a elaboração e execução do Projeto Pro Espécies, a contratação de consultorias e

a elaboração de documentos, inclusive e principalmente do Documento de Avaliação de Projeto Pró Espécies com conteúdo e forma adequados à submissão do documento à Secretaria Executiva do GEF para seu endosso.

O repasse de recursos para o projeto foi através de desembolso de acordo com o orçamento físico e financeiro e cronograma de desembolso e a execução está sendo de acordo com as regras do Manual de Procedimentos e Aquisições e Contratações do Funbio – PO-12/2014.

Todas as compras e contratações vem sendo registradas no plano de aquisições e cada operação é submetida ao Funbio para análise e não objeção como uma forma de capacitar e garantir o emprego das regras do Funbio.

A partir da aprovação do projeto completo, pelo Secretariado do GEF em 20 de julho de 2017, o foco da relação com a UICN se voltou para a preparação da execução do projeto com a elaboração do Manual Operacional e reuniões preparatórias com os beneficiários do projeto. Entretanto, no final de 2017 houve uma paralisação temporária no projeto. No início de 2018 será feita uma avaliação sobre a continuidade deste trabalho.

Nos quadros abaixo estão segregados os recursos destinados a adiantamentos para uso do FUNBIO na preparação de propostas e custos administrativos da instituição, dos recursos que deverão ser diretamente alocados aos projetos aprovados.

	2017	2016
Recursos vinculados a Agência GEF - Projetos	175	563
Recursos vinculados a Agência GEF - FUNBIO	4.162	1.663
Recursos vinculados a Agência GEF - Grant Prospecies	4.858	-
	9.195	2.226

	2017	2016
Adiantamento de projetos - Agência GEF	472	400

Agência GEF - Funbio

Descrição	31/12/2016	Entrada de recursos - Contribuição preparação de projetos	Entrada de recursos - Contribuição projeto aprovado	Custos Funbio	Rendimentos sobre aplicações	Despesas Financeiras	31/12/2017
Agência GEF - Funbio (c/c 29149-8)	1.663	-	2.359	(10)	159	(9)	4.162
	1.663	-	2.359	(10)	159	(9)	4.162

Saldos bancários	31/12/2017	31/12/2016
BB c/aplicação 29149-8	4.162	1.663
Total	4.162	1.663

Agência GEF - Projetos

Contratos	31/12/2016	Entrada de recursos - Preparação de projeto	Entrada de recursos - Projetos aprovados	Transferências (internalizações)	Rendimentos sobre aplicações	Variação cambial	Despesas Financeiras	31/12/2017
Agência GEF - Projetos (NY c/c 762500)	90	-	4.881	(4.923)	-	(40)	(8)	-
	90	-	4.881	(4.923)	-	(40)	(8)	-

Contratos	31/12/2016	Entrada de recursos - Preparação de projeto	Adiantamento - Preparação do projeto	Rendimentos sobre aplicações	Despesas Financeiras	Custos Projetos	31/12/2017
Pró Espécies Preparation (c/c 129150)	473	79	(400)	23	-	-	175
	473	79	(400)	23	-	-	175

Contratos	31/12/2016	Adiantamento - Preparação do projeto	Prestação de contas	31/12/2017
Pró Espécies Preparation	400	400	(328)	472
	400	400	(328)	472

Contratos	31/12/2016	Entrada de recursos - Projetos	Adiantamento - Projetos aprovados	Rendimentos sobre aplicações	Despesas Financeiras	Custos Projetos	31/12/2017
Pró Espécies Grant (c/c 23533-4)	-	4.844	-	33	(19)	-	4.858
	-	4.844	-	33	(19)	-	4.858

Saldos bancários

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
BB c/c 29150-1	-	1
BB c/Aplicação 29150-1	-	472
BB c/Aplicação 129.150-5	175	-
BB c/Aplicação 23533-4	4.858	-
BB NY c/c 76250011-7	-	7
BB NY c/Aplicação Over Night 76250011-7	-	83
Total	5.033	563

No ano de 2016, o FUNBIO efetuou a liberação de um adiantamento no montante de R\$ 400 para a contratada IUCN – União Internacional para Conservação da Natureza, que por sua vez prestou contas no valor de R\$ 328, ficando assim um saldo em aberto de R\$ 472 no ano 2017, que será prestado contas em 2018.

Adicionalmente, o FUNBIO recebeu no final de 2017 o restante do adiantamento “fee” para o contrato GEF-ID-9271 de 03/08/2016 relativo ao Projeto GEF Espécies, no valor de R\$ 2,3 milhões (US\$ 725 mil) - (2016 – R\$ 1,6 milhões – US\$ 483 MIL) que será apropriado à medida da consecução do andamento das atividades.

Em 2017 a Agência GEF Projetos recebeu R\$ 4,9 milhões equivalente a US\$ 1,5 mil.

14. Fundo de recursos FUNBIO – FRF – Patrimônio líquido

O Fundo de Recursos do FUNBIO - FRF tem por objetivo complementar as necessidades de caixa da Entidade quando necessárias. A orientação estratégica do Conselho Deliberativo é no sentido de diminuir a dependência da Entidade sobre o FRF.

A busca pela sustentabilidade financeira da organização continua com o incremento do número de projetos e racionalização no emprego dos recursos gerados. O FRF é a garantia de continuidade das atividades do FUNBIO em momentos que exijam o investimento de recursos próprios.

Em 2017 por definição da administração e aprovação da Comissão de Finanças e Auditoria o montante de R\$ 800 foi aportado ao FRF.

A gestão dos ativos do FRF é administrada pela Pragma Gestão de Patrimônio e acompanhada pelo Comitê de Gestão de Ativos do FUNBIO.

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo em 1º de janeiro	20.585	17.245
Destinação de superavit, decorrente de rendimentos financeiros (*)	2.441	2.340
Destinação de superavit do exercício (**)	800	1.000
Saldo em 31 de dezembro	23.826	20.585

(*) Destinação de superavit do exercício na proporção dos rendimentos financeiros do ativo do FRF (líquido de provisão de imposto de renda e recursos de gestão do fundo), gerido pela "Pragma".

(**) Destinação de superavit do exercício, aprovado pela Comissão de Finanças e Auditoria.

15. Reembolso de projetos

Nesta conta do grupo de receitas são registrados os recursos de projetos utilizados para o reembolso de despesas incorridas pelo FUNBIO como entidade executora da iniciativa. Em grande parte refere-se a custos de pessoal, locomoção e administrativo indispensável para a realização dos trabalhos. Todo reembolso solicitado encontra-se amparado em orçamento do programa ou projeto e são acompanhados de documentação comprobatória dos gastos, passando a fazer parte das prestações de contas submetidas à aprovação dos doadores. Assim, a receita que aqui se apresenta constitui custos diretos dos projetos.

Projeto	31/12/2017	31/12/2016
ACORDO FMA RJ	2.242	-
Arpa 2ª Fase – GEF	1.314	1.705
Arpa 2ª Fase – KfW	884	1.102
Arpa 3ª fase - BID MSC	362	282
Arpa 3ª fase - BID SCI	2.060	1.609
Arpa 3ª fase - Fundo de Transição	2.060	880
Assembleia RedLac	80	-
Capacitação Conjus	-	19
Carteira Fauna – Sirênios	-	38
Chevron - Apoio UCs Federais Cost e Est RJ - Fase I	45	497
Chevron - Apoio UCs Federais Cost e Est RJ - Fase II	9	-
Chevron - Conservação da Toninha	125	108
Chevron - Implantação Cras	59	152
Chevron - Pesquisa Marinha e Pesqueira	213	966
Chevron - Projeto Educação Ambiental - Fase I	29	408
Chevron - Projeto Educação Ambiental - Fase II	4	-
Compensação Federal da Amazônia - CAF	474	-
FMA - Convênio SEA	-	3.743
Fundação Bioguiné	43	11
Kayapó	114	106

Fundo Paiter Suruí	-	167
FUNJUS	-	74
GEF Mangue - PNUD	-	178
GEF Mar	676	1.003
GEF Nutrição – BIOVERSITY	66	131
GEF Polinizadores	-	13
Inovação SVA	-	68
Inovação SVA 2 º FASE	303	-
Mata Atlântica III	2	-
Matriz PSA	-	67
MOORE - Funbio 15 Anos	29	-
Moore Sustentabilidade	251	725
Novas Fontes Arpa	28	-
Probio II - Saldo MMA	77	-
Probio/Fundo de Oportunidades	539	877
Projeto BIOFUND Maçambique	140	-
Projeto K	228	312
Promar	-	21
R20	16	38
RedLac Capacitação	-	42
Rock in Rio – RIR	17	89
TAC Aerolave Caçapava	63	52
TFCA	-	92
Ucs do Amazonas	19	-
Votorantim Probio	-	18
Total	12.571	15.593

16. Recuperação de custos

Nesta conta do grupo de receitas são registrados os valores transferidos pelos projetos a título de cobertura dos custos indiretos incorridos pelo FUNBIO na execução das suas atividades previstas no orçamento da iniciativa. A verba transferida ao FUNBIO com esta finalidade não se constitui remuneração por serviço prestado, mas uma cooperação a ser utilizada no objetivo comum previsto no orçamento projeto.

Projetos	31/12/2017	31/12/2016
TFCA	156	70
Carteira Fauna - Ararinha Azul	-	202
Carteira Fundo Fauna	1	2
Chevron - Pesquisa Marinha e Pesqueira	1.289	-
Chevron - Conservação da Toninha	932	-
Chevron - Projeto Educação Ambiental Fase I	445	-
Chevron - Implantação Cras Fase I	152	-
Chevron - Apoio Ucs Federais Cost e Est RJ Fase I	415	-
Chevron - Projeto Educação Ambiental Fase II	304	-
Chevron - Apoio Ucs Federais Cost e Est RJ Fase II	605	-
Mata Atlântica III	581	-
GEF Nutrição	40	-
Rock in Rio - RIR	227	-
Total	5.147	274

17. Serviços prestados

Nesta conta do grupo de receitas são lançadas as entradas relativas a serviços prestados – como consultoria – que envolvem a emissão de documento fiscal municipal e quando assim requisitado pelos parceiros da Entidade. Esta modalidade não descaracteriza a condição de Entidade.

Projeto	31/12/2017	31/12/2016
FVA – Fundação Vitória Amazônica	-	72
GDF – SUEZ Energy Latin America Partic. Ltda.	-	40
Total	-	112

18. Resultado financeiro líquido

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Juros ativos	6	-
Variação cambial ativa	5	81
Rendimento de aplicações financeiras	3.247	2.505
Total de receitas financeiras	3.258	2.586
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva	(8)	(97)
Despesas bancárias	(644)	(24)
Total de despesas financeiras	(652)	(121)
Resultado financeiro líquido	2.606	2.465

19. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias e aspectos cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, adota como prática provisionar apenas aquelas contingências classificadas como de risco provável.

Não havia contingências classificadas com risco provável de perda nas datas-bases de 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade possui a seguinte composição de ações, cuja probabilidade de perda foi avaliada por seus advogados externos como possível:

	31/12/2017	31/12/2016
Natureza das ações:		
Cível (*)	1.000	1.000
Total	1.000	1.000

(*) O Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro é conhecido como Fundo da Mata Atlântica (FMA/RJ), por meio de uma parceria firmada com a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA-RJ). O FUNBIO administra os recursos do FMA/RJ provenientes da compensação sobre os impactos ambientais de

empreendimentos produtivos, cujo pagamento é regulamentado pelo SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e recursos oriundos de outras fontes.

O FMA/RJ foi amparado pelo Termo de Convênio nº. 003/2009 celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria de Estado do Ambiente – SEA e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, com a interveniência do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, visando a operação, manutenção e controle do mecanismo, cuja vigência perdurou até 2015. Atualmente o Projeto tem amparo no Acordo de Cooperação 04/2016 celebrado entre o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO a Secretaria de Estado do Ambiente - SEA e o Instituto Estadual do Ambiente -INEA.

No âmbito do referido Convênio 003/2009, o Ministério Público do Estado do RJ instaurou Ação Civil Pública contra o Estado do Rio de Janeiro, o INEA e o FUNBIO na 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, no qual se questiona a validade do mecanismo jurídico da compensação ambiental em relação ao Parque Estadual da Costa do Sol (PECS). Os advogados contratados pelo FUNBIO, informaram que houve decisão favorável em 1ª. Instância e desfavorável em 2ª. Instância. Atualmente, o processo está em fase de recursos para o exame dos Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, segundo esses mesmos advogados, a expectativa de perda dessa ação foi classificada como possível no montante de R\$ 1 milhão.

20. Ajustes exercícios anteriores

No balanço encerrado em 31/12/2017, foram evidenciados os valores de fatos com efeitos que pertenceram a exercícios anteriores, em decorrência de apropriação atemporal, exceções de lançamentos em duplicidade para ajuste de saldo de recurso de terceiros no passivo, totalizando um efeito líquido de R\$ 398, conforme demonstrado abaixo:

Projetos	R\$ mil
Arpa BID SCI ¹⁾	356
FMA ²⁾	2
Fundo Amapá ³⁾	37
GEF ARPA ⁴⁾	11
GEF MAR ⁵⁾	1
GEF Nutrição ⁶⁾	(4)
KFW ⁷⁾	(22)
Projeto K ⁸⁾	17
	398

Estes lançamentos se referem à:

- 1) Ajuste de saldo contábil (provisão) de prestação de contas do projeto ARPA BID.
- 2) Regularização do pagamento de ISS feito a maior em 22/10/2015.
- 3) Variação cambial referente a transferência de recursos da conta do Funbio NY c/c 06340-3 para Itaú Miami c/c 6088320 em 27/09/2016 do projeto Fundo Amapá.
- 4) Estorno de lançamento de 2016 de prestação de conta vinculada do projeto ARPA GEF.
- 5) Devolução de diária não identificada do projeto GEF MAR.
- 6) Ajuste de saldo contábil de prestação de contas do projeto GEF Nutrição.
- 7) Ajuste de saldo contábil de prestação de contas de 2016 do projeto ARPA KfW.

- 8) Variação cambial referente a exercícios anteriores das contas de banco Frankfurt e NY, do projeto K.

21. Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>
Bens do imobilizado	2.500
Responsabilidade Civil de Administradores, Diretores e/ou Conselheiros – D&O	5.000

22. Eventos Subsequentes

Em 14 de setembro de 2017 o Funbio assinou contrato BMZ nº. 2016 69 084 com o KfW no montante de 17 milhões de euros, e no dia 04 de dezembro de 2017 um novo contrato também com o KfW no valor de 23 milhões de libras esterlinas, delegado pela Secretaria de Negócios, Energia e Estratégia Industrial do Reino Unido (BEIS), com o objetivo de executar o Projeto REDD Early Movers (REM) Mato Grosso – Pagamentos sobre resultados REDD. A assinatura destes contratos não enseja ajustes às demonstrações contábeis, pois os valores contratuais somente serão recebidos a partir de 2018, possuem prazo de execução nos próximos 5 anos e reforçam o princípio da continuidade.

* * * *

Rosamaria Lemos de Sá

Rosa Maria Lemos de Sá
Secretária Geral

Aylton Coelho Neto

Aylton Coelho Neto
Superintendente de Planejamento e Gestão

Responsável Técnico

Daniele Soares dos Santos Seixas
Contadora CRC-RJ - 095.266/0-0

Daniele Soares dos Santos Seixas



grantthornton.com.br

© 2018 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados.
"Grant Thornton" é referência à marca pela qual as firmas membro Grant Thornton prestam serviços de auditoria, impostos e consultoria à seus clientes e/ou refere-se à uma ou mais firmas membro, conforme o caso. Grant Thornton International Ltd (GTIL) e as firmas membro não constituem uma sociedade mundial. A GTIL e cada firma membro é uma entidade legal separada. Serviços são prestados pelas firmas membro. A GTIL não presta serviços à clientes. A GTIL e suas firmas membro não são agentes um dos outros e não se responsabilizam por atos ou omissões um dos outros.